



# **PROGRAMA INDICATIVO DE COOPERAÇÃO PORTUGAL – S. TOMÉ E PRÍNCIPE (2005-2007)**

## **AVALIAÇÃO A MEIO PERCURSO**

**(Relatório Final)**

**Equipa de Avaliação:**

Mário Ribeiro (IPAD/Divisão de Avaliação, chefe da equipa)

Manuela Afonso (IPAD/Divisão de Avaliação)

Helena Guerreiro (IPAD/DS BIL I)

Setembro de 2007



## **Agradecimento**

Os autores agradecem a todos os interlocutores, são-tomenses e portugueses, envolvidos no processo de avaliação, o contributo dado, sem o qual a realização deste trabalho não teria sido possível. O clima de diálogo, abertura e disponibilidade foram aspectos determinantes para a sua concretização.

A equipa de avaliação agradece igualmente aos serviços da Embaixada de Portugal em São Tomé o valioso apoio dado quando da deslocação a STP.

**O conteúdo, análises, conclusões e recomendações expressos neste documento são única e exclusivamente da responsabilidade da equipa de avaliação e podem não traduzir a posição do IPAD.**



## Índice

Acrónimos .....	iii
Sumário Executivo .....	v
1. Introdução .....	1
1.1. Âmbito e Objectivos da Avaliação .....	1
1.2. Questões Metodológicas .....	1
2. Enquadramento.....	3
3. As Questões da avaliação .....	6
3.1. Relevância.....	6
3.2. Modalidades de financiamento .....	14
3.3. Eficácia do apoio à Educação .....	23
3.4. Eficiência da ajuda ao sector da Saúde .....	34
3.5. Promoção da Boa Governação .....	40
3.6. Reforço da Rede de Protecção Social.....	45
3.7. Harmonização e Alinhamento.....	49
3.8. Efeitos.....	52
4. Conclusões .....	55
4.1. Concepção do PIC e dos PAC .....	55
4.2. Modalidades de Financiamento.....	56
4.3. Educação e Formação .....	57
4.4. Saúde .....	58
4.5. Boa Governação.....	58
4.6. Protecção Social.....	58
4.7. Harmonização .....	59
4.8. Efeitos e Condições de Sucesso .....	59
5. Recomendações .....	61
Anexos .....	64
Anexo 1 – Termos de Referência .....	64
Anexo 2 – Organismos / pessoas entrevistadas.....	68
Anexo 3 – Questões da Avaliação.....	75
Anexo 4 - Presenças nos workshop .....	79
Anexo 5 – Execução dos Projectos .....	82
Anexo 6– Bibliografia e documentação consultada.....	83



## **Acrónimos**

AFMP – Associação Fernão Mendes Pinto  
AMI – Assistência Médica Internacional  
AMI – Assistência Médica Internacional  
APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento  
BG – Boa Governação  
CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento  
CE – Comissão Europeia  
CIC – Comissão Interministerial para a Cooperação  
CP – Cooperação Portuguesa  
CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa  
CSPQ – Curso Secundário Profissionalmente Qualificante  
DA – Divisão de Avaliação  
DSBILI – Direcção de Serviços Bilateral I  
ENRP – Estratégia Nacional de Redução da Pobreza  
ESSE – Escola Superior de Educação  
FAfD – Fundo Africano de Desenvolvimento  
FCG – Fundação Calouste Gulbenkian  
GAERI – Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais  
GEPE – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação  
GRIEC – Gabinete de Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação  
HIV – Vírus da Imunodeficiência Adquirida  
ICA – Instituto Camões  
IDA – International Development Assistance  
IDF – Instituto Diocesano de Formação  
IMVF – Instituto Marquês de Vale Flor  
IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento  
ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração  
ISP – Instituto Superior Politécnico  
IUCAI – Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática  
MDN – Ministério da Defesa Nacional  
ME – Ministério da Educação  
MECJD – Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto  
MJ – Ministério da Justiça  
MTSS – Ministério do Trabalho e Solidariedade Social  
ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio



OGE – Orçamento Geral do Estado

ONG – Organizações Não-Governamentais

PAC – Plano Anual de Cooperação

PAES – Programa de Apoio ao Ensino Secundário

PAMEA – Programa de Apoio às Médias Empresas Agrícolas

PIC – Programa Indicativo de Cooperação

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SCM – Santa Casa da Misericórdia

SPI – Sociedade Promotora de Investimento

STAPE – Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral

STP – São Tomé e Príncipe

UE – União Europeia



## Sumário Executivo

### Introdução

A presente avaliação a meio percurso do PIC de STP (2005-2007), e dos respectivos Planos Anuais de Cooperação (PAC), centra a sua atenção nos sectores da educação, da saúde e da rede social e, como área transversal, a promoção da boa governação.

Os objectivos da avaliação são:

- Fornecer informação relevante à CP em geral, e ao IPAD em particular, sobre a programação e implementação da cooperação com STP que permita tomar decisões sobre a programação futura;
- Conhecer o desempenho o PIC de S. Tomé e Príncipe, no seu contributo para o alcançar dos objectivos de desenvolvimento de STP;
- Identificar lições e propor recomendações para a reorientação da estratégia do PIC.

### Questões Metodológicas

A presente avaliação é um exercício interno, realizado pela Divisão de Avaliação e pela Direcção de Serviços Bilateral I.

A fase principal da avaliação decorreu em São Tomé, entre 23 de Junho e 7 de Julho. Centrou-se na verificação das constatações preliminares e na identificação e apreciação de dados novos que apenas estavam disponíveis a nível local. Para além da visita a projectos, foram realizadas reuniões com informadores relevantes e actores, quer ao nível central, dos diversos Ministérios, quer descentralizado, bem como de outros doadores presentes em STP.

A avaliação centrou-se em 8 questões, delineadas

a partir dos TdR, que orientaram a recolha de dados e a análise dos aspectos centrais da CP com STP.

Dado tratar-se de um exercício a meio percurso (o PIC só será concluído no final de 2007) as questões de avaliação relacionadas com os efeitos e impactos, bem como com a sustentabilidade, carecem de limitações de análise, podendo apenas fazer-se previsões, tendo em consideração os resultados alcançados até ao momento da realização do estudo.

### Principais conclusões

- O Programa de Cooperação foi relevante para o desenvolvimento de STP;
- Os PAC nem sempre materializaram o estabelecido no PIC;
- O alcançar de resultados é muito diferenciado em todos os sectores e áreas de intervenção;
- A eficácia e a eficiência são elevadas ao nível da Saúde Básica. Globalmente a igualdade e qualidade de acesso aos serviços de saúde melhorou com o apoio português;
- Na Educação, a eficácia é baixa, apesar de resultados positivos no ISP (Licenciatura em Língua Portuguesa) e no Ensino Secundário Profissionalmente Qualificante. Na concessão de bolsas a eficácia é muito baixa (cerca de 90% dos bolseiros não regressam a STP);
- O apoio à BG teve um peso residual (7% do total) mas constituiu um importante contributo para a criação do Tribunal Constitucional e no apoio ao processo eleitoral. A grande diversidade de actores e/ou interlocutores e a grande dispersão por pequenas acções (a par



- da deficiente identificação/concepção dos projectos e da limitação ao curto prazo), dificultam a sua execução e coordenação, resultando igualmente numa muito reduzida visibilidade;
- Na “Rede Social” o apoio é constituído por projectos integrados de combate à exclusão social e da pobreza. Apesar dos resultados serem notórios nas populações alvo, melhorando significativamente a sua qualidade de vida e contribuindo para a redução da pobreza, os níveis de apropriação e sustentabilidade são muito limitados.
  - A sustentabilidade dos projectos no quadro do PIC é, de uma forma geral, baixa quer por uma insuficiente apropriação quer pelas limitações financeiras da parte de STP;
  - A não execução de projectos na área da Agricultura revela a inexistência de uma visão estratégica para este sector, de ambas as partes;
  - O envolvimento de quadros nacionais e uma gestão rigorosa que impõe regras são condições essenciais para o alcançar de resultados (exemplo: “Rede Social”, “Saúde para Todos”).

### **Recomendações**

#### **À Cooperação Portuguesa:**

- Centrar a acção num reduzido número de sectores/áreas de intervenção, apostando naquelas em que constitui valor acrescentado na promoção do desenvolvimento de STP: educação, saúde e boa governação, dando uma atenção particular à fase de concepção das intervenções, com objectivos, recursos, resultados e indicadores de progresso devidamente identificados (IPAD+ Ministérios Sectoriais);
- Eliminar os PAC e definir o novo PIC tendo por base a gestão centrada nos resultados, cumprindo uma rigorosa programação financeira (envelope financeiro, objectivos e indicadores claramente definidos) (IPAD);
- Reforçar o processo de identificação e concepção dos projectos, bem como de identificação e selecção criteriosa dos parceiros e/ou executores (IPAD);
- Dar maior previsibilidade à ajuda, definindo um novo Programa de Cooperação com um horizonte temporal mais alargado (2008-2011) e com um envelope financeiro plurianual (Governo);
- Apostar em programas integrados e articulados com outros doadores, em detrimento dos projectos, nomeadamente no sector da educação, e, no quadro do reforço dos mecanismos de coordenação entre doadores, ponderando a hipótese de avançar gradualmente para a abordagem sectorial integrada (SWAP), potenciando os diversos financiamentos bem como a capacidade de gestão interna (Toda a CP);
- Promover um maior envolvimento e articulação com as autoridades de STP, quer na programação, quer na implementação, para potenciar a apropriação e a sustentabilidade (IPAD);
- Promover uma maior articulação e complementaridade com outros actores portugueses, potenciando sinergias (IPAD + restantes actores da CP);
- Reforçar a equipa local e o acompanhamento no terreno, bem como em acções que promovam a língua e a cultura portuguesa (IPAD + ICA);
- Aumentar a visibilidade da CP, no terreno, em todas as áreas de intervenção sectorial, nomeadamente através da devida identificação nos



locais de implementação das intervenções (Toda a CP);

- Investir em acções que promovam a língua e a cultura portuguesa, nomeadamente através dos meios de comunicação social (incluindo rádios e televisões de Portugal) (ICA + IPAD)
- Assumir um papel activo no processo de harmonização da ajuda, promovendo mecanismos de coordenação, pondo simultaneamente em prática o 7º princípio dos “Principles for Good International Engagement in Fragile States” (por exemplo, dinamizando reuniões sectoriais de doadores; promovendo mecanismos de articulação e consulta mútua, etc.) (IPAD e Embaixada);
- Diversificar os instrumentos de ajuda reduzindo o peso da abordagem projecto apostando em programas e abordagens mais inovadoras como a bi-multi (IPAD);
- Repensar a cooperação no sector da Educação, investindo na formação pós-graduada em Portugal, na concessão bolsas internas no quadro do desenvolvimento do Ensino Superior em STP e bolsas para formação superior no quadro da CPLP, tirando partido das mais valias de cada Membro, e no apoio à formação dos professores são-tomenses para dar capacitação em Língua Portuguesa (IPAD + Ministério da Educação + ICA);
- Na Saúde, reforçar o apoio aos cuidados básicos de saúde, alargando-o a todo o país, retomando o apoio ao CHAM, em moldes muito bem definidos entre as partes (IPAD + Ministério da Saúde + ONG);
- De forma complementar às três áreas centrais de intervenção, promover uma estratégia de actuação na área da agricultura/desenvolvimento rural, tendo por base o documento de estratégia para o sector

e as necessidades/prioridades de STP (IPAD + Ministério da Agricultura).

#### **Às Autoridades São-tomenses:**

- Maior envolvimento na definição do novo ciclo de programação e, posteriormente, maior envolvimento e assumpção dos compromissos assumidos no quadro desse programa de cooperação;
- Liderar o processo de coordenação e complementaridade dos actores da cooperação, operacionalizando o Gabinete de Coordenação da Ajuda;
- Agilizar o processo de aprovação de legislação, fundamental para a promoção da boa governação e da consolidação do Estado de direito;
- Reforçar a formação de professores nos níveis de ensino onde existem maiores carências;
- Promover uma estratégia de desenvolvimento na área da agricultura/desenvolvimento rural.





## 1. Introdução

### 1.1. Âmbito e Objectivos da Avaliação

A presente avaliação a meio percurso do PIC de São Tomé e Príncipe (2005-2007), e dos respectivos Planos Anuais de Cooperação (PAC), centra a sua atenção nos sectores da educação, da saúde e da rede social e, como área transversal, a promoção da Boa Governação.

A Avaliação tem como **âmbito** a cooperação desenvolvida no quadro do PIC 2005-07 entre Portugal e São Tomé e Príncipe (STP) e respectivos PAC. Neste quadro pretende-se apreciar:

- A relevância, lógica e coerência do PIC e sua consistência com a Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza de S. Tomé e Príncipe;
- Tendo por base os seus objectivos, a avaliação deve produzir lições relevantes e recomendações para o novo PIC, centrando a atenção nos eixos: (i) valorização dos recursos humanos e capacitação técnica (ensino profissionalizante, formação profissional, capacitação institucional e assistência técnica); (ii) apoio ao reforço dos serviços de infra-estruturas básicas (rede de protecção social e cuidados primários de saúde) e; (iii) boa governação.

Tal como é referido nos TdR, os **objectivos** da avaliação são:

- *Fornecer informação relevante à CP em geral, e ao IPAD em particular, sobre a programação e implementação da cooperação com STP que permita tomar decisões sobre a programação futura;*
- *Conhecer o desempenho do PIC de S. Tomé e Príncipe, no seu contributo para o alcançar dos objectivos de desenvolvimento de STP;*
- *Identificar lições e propor recomendações para a reorientação da estratégia do PIC.*

### 1.2. Questões Metodológicas

A presente avaliação é um exercício interno, realizado pela Divisão de Avaliação (DA) (Mário Ribeiro – chefe da equipa – e Manuela Afonso) e pela Direcção de Serviços Bilateral I (DSBIL I) (Helena Guerreiro). Os TdR (**Anexo 1**) foram elaborados pelos técnicos da DA e postos à consideração da DSBIL I, da Direcção do IPAD, do membros da CIC e das autoridades são-tomenses, através da Embaixada de Portugal em S. Tomé.

Tendo por base os TdR, a equipa de avaliação procedeu à recolha e análise da documentação disponível no IPAD sobre o PIC, bem como à realização de entrevistas com os detentores de



interesse em Lisboa (**Anexo 2**). Foi igualmente feita uma pesquisa de documentação relevante na Internet, sobre a problemática do desenvolvimento e da luta contra a pobreza em S. Tomé e Príncipe e da abordagem da ajuda em Estados frágeis. Esta fase permitiu delinear constatações e conclusões preliminares.

A fase principal da avaliação decorreu em São Tomé, entre 23 de Junho e 7 de Julho. Centrou-se na verificação das constatações preliminares e na identificação e apreciação de dados novos que apenas estavam disponíveis a nível local. Para além da visita a projectos, foram realizadas reuniões com actores e informadores relevantes, quer ao nível central, dos diversos Ministérios, quer descentralizado, bem como de outros doadores presentes em STP (**Anexo 2**).

A avaliação centrou-se em 8 questões (**Anexo 3**) que são respondidas no capítulo 3. As questões foram delineadas a partir dos TdR e orientaram a recolha e análise das questões centrais da CP com STP, a partir das quais, para garantir a máxima objectividade e comparabilidade dos resultados, foi elaborada uma lista de sub-questões.

A visita ao terreno também permitiu auscultar as populações alvo sobre as suas perspectivas relativamente à CP. No final da missão foram apresentadas as conclusões e recomendações preliminares num *workshop* realizado nas instalações do Centro Cultural Português em S. Tomé, momento em que os presentes (**Anexo 4**) puderam expressar as suas opiniões e comentar os resultados e recomendações apresentados. Em Lisboa foi igualmente realizado um *workshop* final, cuja lista de presenças se encontra no **Anexo 4**.

## **2.1 – Limitações da avaliação**

Dado tratar-se de um exercício a meio percurso (o PIC só será concluído no final de 2007) as questões de avaliação relacionadas com os efeitos, bem como com a sustentabilidade, carecem de limitações de análise, podendo apenas fazer-se previsões, tendo em consideração os resultados alcançados até ao momento da realização do estudo.

No que diz respeito à recolha de dados estatísticos, as dificuldades sentidas na obtenção de informação desagregada foram grandes. A escassez de informação estatística actualizada a nível nacional e a disparidade de dados sobre o mesmo indicador é uma constante nas estatísticas de STP.



## 2. Enquadramento

### 2. 1. São Tomé e Príncipe

S. Tomé e Príncipe é um pequeno Estado insular com cerca de 157.000 habitantes, internacionalmente classificado como Estado frágil.<sup>1</sup> Os estudos e indicadores sobre a pobreza indicam que, na década de 90, ocorreu no país um processo de contínua degradação dos indicadores económicos e sociais e da qualidade de vida das populações, em particular dos grupos mais vulneráveis: a incidência da pobreza passou de 36% em 1987, para 53,8% em 2001, dos quais 38,7% vive no limiar da pobreza e 15,1% em pobreza extrema (OMS, 2005). A pobreza atinge particularmente os agregados familiares dirigidos por mulheres (55,7%).

Em termos de condições básicas de vida, a ENRP refere que:

- No que diz respeito à educação, 11,8% da população nunca frequentou uma escola; o analfabetismo aumenta com o grau de pobreza, atingindo 9,6% da população não pobre em comparação com os 12,9% dos pobres e 15,9% dos extremamente pobres;
- Em relação aos cuidados da saúde, a atenção para com a saúde aumenta com o nível dos rendimentos – 23,2% de doentes não pobres já consultaram um médico numa clínica privada contra apenas 8,7% de doentes pobres e somente 2% dos extremamente pobres;
- No que diz respeito à água canalizada, a situação a nível nacional é bastante grave pois apenas 19,6% da população total tem acesso a água canalizada. Entre as famílias extremamente pobres apenas 9,2% têm água canalizada em comparação com 13% das famílias pobres e 25,5% das não pobres;
- O saneamento do meio apresenta uma situação verdadeiramente catastrófica. Apenas 16% de famílias são-tomenses dispõem de uma fossa séptica ou tem ligação a uma rede de esgotos pública. Mais de 2/3 da população (69%) satisfaz as suas necessidades fisiológicas ao ar livre.

Os Objectivos globais de médio e longo prazo da ENRP (pp. 21) são:

- Reduzir a metade a percentagem da população são-tomense (53,8%) que vive na situação de pobreza até 2010 e a menos de 1/3 até 2015;

---

<sup>1</sup> Embora o conceito não seja consensual, de acordo com a OCDE, os Estados frágeis são estados onde existe falta uma vontade política e capacidade suficiente para desenvolver e implementar políticas centradas nos pobres (OCDE, 2006, *Whole-of-Government Approaches to fragile states*), ainda que o nível de fragilidade seja variável entre Estados dentro desta categoria.



- Conseguir até 2015 o acesso de toda a população aos serviços sociais básicos e promover a melhoria da sua qualidade de vida;
- Reduzir consideravelmente as diferenças sociais e de género entre os Distritos e entre estes e a Região Autónoma do Príncipe.

Para alcançar estes objectivos, a ENRP desenvolve-se a partir dos cinco eixos fundamentais:

- Reforma das instituições públicas, reforço das capacidades e promoção de uma política de boa governação;
- Crescimento acelerado e redistributivo;
- Criação de oportunidades de aumento e diversificação de rendimentos;
- Desenvolvimento de recursos humanos e acesso aos serviços sociais de base;
- Mecanismos de seguimento, avaliação e actualização da estratégia.

O Programa do XI Governo Constitucional, de Maio de 2006, identifica como áreas prioritárias o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentado, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e a organização do aparelho do Estado. Neste quadro, assumem particular importância a promoção da adequação do sistema educativo, para responder aos desafios do desenvolvimento, e o acesso de toda a população são-tomense aos cuidados de saúde básicos e de boa qualidade.

## **2.2. A Cooperação Portuguesa**

Portugal é o principal doador de STP (quadro 1), responsável por mais de metade da ajuda bilateral e mais de 1/3 da APD global. Entre os doadores multilaterais destacam-se a CE, a IDA e o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAfD). Para além dos parceiros do CAD, São Tomé recebe ajuda de outros doadores, como são o caso de Taiwan e do Brasil.

Tendo em consideração a população total (157.000) a ajuda portuguesa rondou, nos dois últimos anos, 212 e 203 USD *per capita*, respectivamente, concentrando-se nos serviços e infra-estruturas sociais, nomeadamente na educação e na saúde/população (quadro 2).



Quadro 1 – APD líquida – Principais doadores, em MUSD

	2002	2003	2004	2005
<b>Bilateral</b>				
Portugal	13.0	11.1	12.8	11.5
França	3.8	4.3	5.0	3.6
Japão	1.3	1.4	1.5	1.5
Espanha	1.0	1.2	0.5	0.2
Canadá	0.1	0.0	0.3	1.2
<b>Total</b>	<b>19.2</b>	<b>25.5</b>	<b>21.7</b>	<b>18.4</b>
<b>Multilateral</b>				
CE	2.4	3.8	2.5	5.2
IDA	1.2	0.9	3.3	2.9
FAfD	0.5	1.4	4.0	1.0
UNTA	1.1	1.1	0.9	1.4
UNICEF	0.6	0.7	0.6	0.7
PAM	0.4	0.6	0.2	0.6
FIDA	0.2	0.3	0.5	0.5
PNUD	0.1	0.3	0.3	0.7
<b>Total</b>	<b>6.8</b>	<b>12.2</b>	<b>11.7</b>	<b>13.5</b>
<b>Total Geral</b>	<b>26.0</b>	<b>37.7</b>	<b>33.4</b>	<b>31.9</b>

Fonte: OCDE, 2007.

Quadro 2 - DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA APD BILATERAL PORTUGUESA - SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE 2005 - 2006 (Dados finais)				
Euros				
SECTORES	2005	%	2006	%
<b>100 I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS</b>	<b>6.685.381</b>	<b>72,5</b>	<b>6.521.240</b>	<b>72,8</b>
110 EDUCAÇÃO	2.625.177	28,5	3.478.719	38,9
120 SAÚDE	2.020.706	21,9	1.794.399	20,0
130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA				
140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO				
150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL	616.642	6,7	681.201	7,6
160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	1.422.856	15,4	566.921	6,3
<b>200 II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS</b>	<b>1.177.221</b>	<b>12,8</b>	<b>1.384.256</b>	<b>15,5</b>
210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO	797.031	8,6	1.082.156	12,1
220 COMUNICAÇÕES	54.379	0,6	101.494	1,1
230 ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO	137.530	1,5		
240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS	18.830	0,2	21.344	0,2
250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS	169.451	1,8	179.262	2,0
<b>300 III - SECTORES DE PRODUÇÃO</b>	<b>117.997</b>	<b>1,3</b>	<b>123.921</b>	<b>1,4</b>
310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCAS	45.736	0,5	46.977	0,5
311 AGRICULTURA	45.736	0,5	25.318	0,3
312 SILVICULTURA			21.659	0,2
313 PESCAS				
320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO	27.838	0,3	7.381	0,1
321 INDÚSTRIA			7.381	0,1
322 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS)	27.838	0,3		
323 CONSTRUÇÃO				
330 COMÉRCIO E TURISMO	44.423	0,5	69.563	0,8
331 COMÉRCIO				
332 TURISMO	44.423	0,5	69.563	0,8
<b>400 IV - MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL</b>	<b>345.599</b>	<b>3,7</b>	<b>426.984</b>	<b>4,8</b>
500 V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS			-19.334	-0,2
600 VI - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA				
700 VII - AJUDA HUMANITÁRIA	43.182	0,5		
910 VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES	109.686	1,2	78.540	0,9
920 IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	745.389	8,1	406.676	4,5
998 X - NÃO AFECTADO/NÃO ESPECIFICADO			30.000	0,3
<b>TOTAL BILATERAL</b>	<b>9.224.455</b>	<b>100,0</b>	<b>8.952.283</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IPAD/DSP



### 3. As Questões da avaliação

#### 3.1. Relevância

*Em que medida a concepção do PIC apoia a estratégia de crescimento e combate à pobreza de STP?*

##### 3.1.1 - O PIC

A elaboração do Programa Indicativo de Cooperação (PIC) 2005-2007 teve por base um processo de diálogo entre os Governos de Portugal e de São Tomé e Príncipe e resulta de um encontro de vontades centrado, por um lado, nas mais valias (língua, matriz jurídica e passado comuns) e a estratégia da Cooperação Portuguesa (CP) e, por outro, nas prioridades de desenvolvimento de STP.

O PIC foi elaborado de acordo com uma matriz adoptada genericamente para todos os países parceiros, com ajustamentos à especificidade do país em causa. O documento constitui, em síntese, um acordo político de princípios gerais onde é descrito o contexto social, económico e político de STP bem como a sua estratégia de desenvolvimento e de redução da pobreza e, simultaneamente, estabelece os eixos prioritários de intervenção da CP naquele país.

A análise do documento revela, no geral, um esforço de correspondência com a estratégia de desenvolvimento são-tomense privilegiando 3 eixos prioritários:

- Valorização de recursos humanos e capacitação técnica (onde se incluem a "educação", a "formação profissional" e a "capacitação institucional");
- Apoio ao reforço dos serviços de infra-estruturas básicas ("saúde", "protecção social" e "serviços básicos");
- Acções complementares (sem explicitação de medidas).

As 2 primeiras áreas estão genericamente inscritas na Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) de STP (2002-2015), havendo compatibilidade com os seus eixos fundamentais.

Baseado nos ODM, o documento explicita os objectivos da política da Cooperação Portuguesa, nomeadamente no que concerne ao reforço do Estado de direito e à redução da pobreza como aspectos centrais. Relativamente à consistência da estratégia da CP, não é feita nenhuma referência a documentos orientadores que tenham estado em vigor, fazendo-se apenas alusão a orientações internacionais de diferentes organizações que norteiam os princípios da ajuda internacional.



Apesar de o processo de elaboração do PIC ter tido subjacente uma recolha de informação aprofundada e uma identificação sistemática das necessidades de STP, não existe referência a quaisquer resultados de avaliações<sup>2</sup> ou de acompanhamento de projectos e, conseqüentemente, a existência de conclusões e recomendações que pudessem ter influenciado o conteúdo do PIC.

O texto do PIC transmite essencialmente uma declaração de intenções, na qual se verifica a inexistência de uma série de elementos importantes para a futura materialização da programação em Planos Anuais de Cooperação (PAC), nomeadamente:

- Não são justificadas as razões que conduziram à escolha daqueles eixos prioritários e não de outros, seja em termos das capacidades específicas portuguesas de resposta às necessidades são-tomenses, seja em termos de vantagens comparativas relativamente à actuação de outros doadores;
- Da mesma forma, dentro de cada eixo não é justificado o facto de a actuação portuguesa incidir sobre determinadas acções ou subáreas, e não outras;
- O eixo de Acções Complementares não é explicitado, funcionando como repositório de projectos de continuidade relativamente aos eixos prioritários;
- Não existe uma definição clara de alguns conceitos – por exemplo, o que se entende por Boa Governação – que possam enquadrar as prioridades e clarificar o entendimento sobre cada área de actuação;
- Não é apresentado um plano com objectivos e metas a atingir em cada um dos eixos de intervenção, que possam balizar e orientar a escolha posterior dos projectos a integrar em PAC;
- O planeamento financeiro indicativo por sectores é muito fluido, apresentando-se o montante global para o triénio (41 milhões de euros), distribuído por montantes variáveis para cada um dos anos;
- Não figuram quaisquer indicadores quantitativos ou qualitativos que permitam fazer o posterior acompanhamento e gestão centrada nos resultados;
- O horizonte temporal muito alargado da ENRP de STP (até 2015) não permitiu um alinhamento temporal do PIC.

### 3.1.2 - Os PAC

Os Planos Anuais de Cooperação (PAC) são díspares. Apesar de assentarem numa estrutura

---

<sup>2</sup> Por exemplo, não são referidos e/ou considerados os resultados da avaliação do apoio ao Centro Hospitalar de São Tomé, realizada em 1999.



semelhante, são muito diferenciados quanto ao seu conteúdo. Nas respectivas introduções não são uniformes: em 2 casos (2006 e 2007), refere-se que o PIC foi concebido tomando em devida consideração a estratégia de desenvolvimento definida pelo Governo são-tomense, bem como os princípios e linhas de acção da CP para o desenvolvimento; no PAC de 2005, são apenas indicados os eixos prioritários de intervenção.

O PAC 2005, refere claramente que o seu quadro de referência são os dois eixos prioritários definidos no PIC: a “valorização dos recursos humanos e capacitação técnica” e o “apoio ao reforço dos serviços e infra-estruturas básicas”, para além de um eixo de “acções complementares”, propondo-se concretizar estas prioridades através da identificação dos programas, projectos e acções a desenvolver, respectivo plano financeiro bem como as modalidades de acompanhamento.

No PAC 2006, aparece pela primeira vez uma referência aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) como princípios cujo cumprimento importa tomar em consideração na elaboração das orientações estratégicas da cooperação com STP. A necessidade de imprimir maior eficácia, eficiência e sustentabilidade aos programas e acções de cooperação entre os dois países é também referida, bem como a redefinição de algumas orientações estratégicas. Este PAC introduz ainda um novo conceito – o de *cluster* da cooperação – que se assume como um novo mecanismo da CP.<sup>3</sup>

O PAC 2007 estabelece como principal prioridade a conclusão dos projectos anteriormente iniciados de modo a permitir “uma oportuna avaliação do conjunto do que foi programado para o triénio”. No entanto, na introdução, prevê-se que sejam iniciados novos projectos alguns dos quais poderão vir a assumir um carácter plurianual.

Os PAC são negociados anualmente, mais uma vez ao nível político. Este facto contém aspectos considerados como negativos, nomeadamente:

- A exigência de uma negociação política representa um esforço adicional em termos financeiros, de tempo e de recursos humanos, quer da parte portuguesa, quer da parte são-tomense, reduzindo a concentração de esforços na execução e no alcançar de resultados do que está acordado;
- A negociação política anual dos PAC resulta, em alguns casos, numa assinatura tardia dos

---

<sup>3</sup> À luz do novo documento orientador da CP “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa” (Resolução de Conselho de Ministros nº 196/2005, de 22 de Dezembro).





mesmos (caso dos PAC 2006 e de 2007, em Março daqueles anos), o que atrasa, em alguns casos, a execução dos projectos (por exemplo, os projectos no sector da Justiça).

Para além disso, verifica-se que a maior parte dos projectos de cooperação inscritos nos três PAC são de médio ou longo prazo enquanto a lógica de aprovação anual é contrária à execução de projectos plurianuais. Se uma planificação anual é relativamente fácil de efectuar (p. e., projectos de assistência técnica de curta duração) já noutra tipo de projectos a programação plurianual não só é possível como desejável, como é o caso das bolsas para o ensino superior em que existe grande previsibilidade.

### **3.1.3 – Áreas /sectores prioritários**

As áreas e sectores prioritários do PIC são a educação e a saúde, absorvendo mais de 50% da ajuda em 2005 e quase 60% em 2006 (quadro 2). Estes sectores são relevantes quer para Portugal, no quadro das prioridades definidas no documento "Uma Visão estratégica para a Cooperação Portuguesa", quer para STP, integrando-se nas prioridades do Governo e da ENRP.

Há uma percepção generalizada, por parte dos interlocutores contactados no quadro desta avaliação, de que as mais valias da CP se situam no apoio à saúde e à educação, áreas centrais para o desenvolvimento sustentável e a luta contra a pobreza. Portugal tem um lugar privilegiado nestas duas áreas e pode desempenhar também um importante papel na promoção da boa governação/capacitação institucional.

### **3.1.4 - Relações entre PIC e PAC**

Entre o PIC e os PAC verificam-se discrepâncias importantes. Como já foi afirmado, o PIC é uma "declaração de intenções" que transfere para a elaboração dos PAC a sua concretização ao nível de projectos. Não existe uma correspondência directa entre os sectores prioritários do PIC e as áreas de intervenção definidas para cada PAC e a escolha dessas áreas de intervenção não está devidamente justificada. A área da Agricultura é o exemplo mais visível e flagrante, que figura como um dos principais eixos de concentração no PIC mas sem grande expressão nos PAC em termos de número de projectos inscritos ou de montantes de financiamento, desaparecendo mesmo como área de intervenção autónoma no PAC de 2007. O financiamento nesta área resumiu-se a uma pequena acção de formação técnica em Portugal não parecendo existir uma visão estratégica para o sector.

Da análise dos três PAC ressalta que a profusão de pequenos projectos (**Anexo 5**), muitos deles



difícilmente agrupados nos eixos de concentração inicialmente estabelecidos, são, em alguns casos, pouco contextualizados com as prioridades definidas no PIC. A evolução dos três PAC manifesta sinais de inconsistência e falta de sustentabilidade. Desde logo, pelo método de inscrição dos diversos projectos nas diversas “áreas de intervenção”, que varia consideravelmente de ano para ano, uma vez que não existe uma definição clara do que significa cada uma das áreas de intervenção.<sup>4</sup>

Não existem regras claras de classificação dos projectos, nem um entendimento comum sobre a natureza de cada eixo, o que resulta em discrepâncias de estrutura e designação dos projectos nos vários PAC e na sua inserção em eixos diferenciados. Isto prejudica a comparabilidade de dados, a perspectiva de evolução dos projectos e a análise da sua execução. Por exemplo, a “Boa Governação” é uma área passível de abarcar as mais variadas acções, com critérios pouco definidos. No PAC 2005 aquela área aparece diluída; nos PAC 2006 e 2007 aparece integrada como um eixo principal.

Além disso, os PAC apresentam algumas falhas de concepção que afectam a sua clareza e o grau de utilidade como instrumentos de programação. Por exemplo, a ausência de separação entre os montantes afectos ao ano corrente e os que transitam de ano em cada projecto não favorece a transparência e a avaliação das taxas de execução.

Nos PIC e nos PAC estão implícitos os objectivos de contribuir para o desenvolvimento económico e social de STP e para a redução da pobreza, definida como aspecto central da estratégia de desenvolvimento do país. Apesar da perspectiva multidimensional da problemática da pobreza ser explícita, muitos dos projectos inscritos em PAC não reflectem esse aspecto central, concentrando-se em grande medida em acções de assistência técnica e de capacitação institucional. Os projectos que assumem como objectivo directo a luta contra a pobreza são os projectos financiados pelo MTSS, que estão vocacionados para apoiar sectores populacionais mais carenciados e em risco de exclusão social (nomeadamente deficientes, crianças órfãs, idosos e portadores de HIV).

---

<sup>4</sup> O caso dos projectos do sector da saúde é elucidativo. Em 2005, estes projectos aparecem no eixo prioritário “Apoio ao Reforço dos Serviços e Infra-estruturas Básicas”, no ano seguinte são inscritos como *cluster* “Saúde e Saneamento” e em 2007 desaparece esta figura e são integrados num outro eixo prioritário de “Desenvolvimento Social e Luta contra a Pobreza”.



Quadro 3 - PIC 2005-2007 e respectivos PAC (Eixos, Áreas de Intervenção e Compromissos Financeiros)

EUROS

PIC 2005-2007	PAC 2005	Montantes	PAC 2006	Montantes	PAC 2007	Montantes
<b><i>Eixo1 - Valorização de Recursos Humanos e Capacitação Técnica</i></b>	<b><i>Eixo1 - Valorização de Recursos Humanos e Capacitação Técnica</i></b>		<b><i>Área de Intervenção – Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza</i></b>		<b><i>Eixo 1 Desenvolvimento Social e Luta contra a Pobreza</i></b>	
Educação	Educação	2.590.000	Educação	3.036.795	Educação	4.010.624
Formação Profissional e Qualificação de Quadros	Formação Profissional e Qualificação de Quadros	625.000	Protecção Social	750.000	Protecção Social	765.000
Capacitação Institucional e Assistências Técnicas	Capacitação Institucional e Assistências Técnicas	1.250.600	Cultura	420.250	Cultura	243.220
<b><i>Eixo 2 - Apoio ao Reforço dos Serviços de Infra-estruturas Básicas</i></b>	<b><i>Eixo 2- Apoio ao Reforço dos Serviços de Infra-estruturas Básicas</i></b>		<i>Cluster – Saúde/Saneamento</i>	2.047.000	Saúde/Saneamento	1.727.512
Reforço da Prestação de Cuidados da Saúde	Reforço da Prestação de Cuidados da Saúde	2.010.000	<b><i>Área de Intervenção - Boa Governação, Participação e Democracia</i></b>		<b><i>Eixo 2 Boa Governação e Participação Democrática</i></b>	
Rede de Protecção Social	Rede de Protecção Social	700.000	Formação Profissional e Qualificação de Quadros	443.790	Formação Profissional e Qualificação de Quadros	318.590
Reforço de outros Serviços Básicos	Reforço de outros Serviços Básicos	700.000	Capacitação Institucional e Assistências Técnicas	2.150.955	Capacitação Institucional e Assistências Técnicas	1.920.621
<b><i>Eixo de Acções Complementares</i></b>	<b><i>Eixo de Acções Complementares</i></b>	1.226.500	<b><i>Acções Complementares</i></b>	1.551.210	<b><i>Eixo de Acções Complementares</i></b>	896.180
	Disponibilidades para afectar a projectos ainda não orçamentados	1.397.900	Disponibilidades para afectar a projectos ainda não orçamentados	A definir		
<b>TOTAL GLOBAL</b>		<b>10.500.000</b>		<b>10.600.000</b>		<b>9.881.747</b>
<b>41.000.000</b>						



### 3.1.5 - Questões Transversais

A inserção de questões transversais é omissa. No PAC 2005, existe um eixo específico dedicado à capacitação e formação de recursos humanos locais, que no PIC é justificado pelo facto de ser um vector fundamental do apoio ao desenvolvimento de STP. Nos PAC 2006 e 2007 essa vertente aparece integrada num eixo da “Boa Governação, Participação e Democracia”.

Não existe qualquer referência geral à incorporação da igualdade de género nos PAC. O mesmo se passa relativamente à sustentabilidade ambiental, não existindo uma afirmação deste princípio em termos gerais e comum a todas as áreas de intervenção, apesar de alguns projectos na área da protecção do ambiente (quadro 4). Na área dos “recursos naturais”, é referido pela primeira vez, no PAC 2006, o reforço da componente de abastecimento de água, integrado no cluster “saúde e saneamento”.

Quadro 4 – Estrutura do Apoio Multisectorial/Transversal, 2005-06

	2005	2006	Total	%
<b>400 - MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL</b>	<b>345.599</b>	<b>426.984</b>	<b>772.583</b>	<b>100</b>
Protecção do ambiente, geral	98.369	185.041	283.410	37
<b>41010 - Política ambiental e gestão administrativa</b>	<b>41.151</b>	<b>139.480</b>	<b>180.631</b>	<b>23</b>
07271 Sistema de Informação Climática e do Estado do Mar para Apoio ao Desenvolvimento Sustentado	41.151	128.480	169.631	22
07806 Apoio à participação de representante da Delegação Nacional nas Reuniões das Partes e dos Órgãos Subsidiários da CQNUAC e do PQ		11.000	11.000	1
<b>41030 - Bio-diversidade</b>	<b>57.218</b>	<b>45.561</b>	<b>102.779</b>	<b>13</b>
05611 Origem da flora de STP : uma abordagem sistemática e molecular	57.218	45.561	102.779	13
	247.230	241.943	489.173	63
<b>43010 - Ajuda multisectorial</b>	<b>133.610</b>	<b>166.780</b>	<b>300.390</b>	<b>39</b>
00601 COOPERANTES STP	127.029	66.916	193.945	25
07437 Outros Programas Acções (não discriminados)	6.581	99.864	106.445	14
<b>43082 - Pesquisa/instituições científicas</b>	<b>113.620</b>	<b>75.163</b>	<b>188.783</b>	<b>24</b>
01984 Reforço da Capacidade Institucional do Laboratório de Engenharia Civil de São Tomé e Príncipe (LECSTP)	40.909	17.151	58.060	8
04342 Bolsas de Formação Avançada de Licenciados de São Tomé	72.711	58.012	130.723	17

Fonte: IPAD/DSP, 2007.

#### **Questão 1 – Síntese**

- **A concepção do PIC baseou-se numa análise da situação política, económica e social de STP. Centrou a sua atenção na valorização dos recursos humanos e capacitação técnica, no apoio ao reforço dos serviços e infra-estruturas básicas e incluiu um eixo de acções complementares para cobrir outras necessidades prementes**
- **A estratégia de intervenção definida resultou da articulação das mais valias e competências da CP com as prioridades de STP, no sentido de contribuir para a redução da pobreza e para o desenvolvimento, tendo por base a ENRP**
- **Não existe uma correspondência directa entre os sectores prioritários do PIC e as áreas de intervenção definidas em cada PAC e a escolha dessas áreas de intervenção não está devidamente justificada**
- **Os objectivos identificados no PIC estão alinhados com os objectivos definidos na ENRP**
- **Foi dada prioridade aos sectores da Educação e da Saúde**
- **A abordagem das questões transversais é omissa**



## 3.2. Modalidades de financiamento

*Em que medida e como é que as modalidades de financiamento do PIC contribuem para o alcançar dos objectivos da estratégia nacional de redução da pobreza de STP?*

### 3.2.1 – Os projectos

A CP tem-se caracterizado por uma preponderância clara da abordagem projecto. Esta escolha é justificada, entre outros factores, pela tradição dos instrumentos utilizados (normalmente contra a diluição das suas contribuições em fundos globais ou instrumentos mais abrangentes), pela história da evolução da cooperação entre os dois países, pela multiplicidade de contactos entre as várias instituições portuguesas e são-tomenses e pela profusão de solicitações que acabam por resultar em projectos de pequena dimensão. A ajuda a projectos representou, em 2005, 61% da ajuda, 64% em 2006 e 62% em 2007.

A abordagem projecto não se revelou, contudo, a mais adequada:

- Alguns projectos tiveram reduzidas taxas de execução, nomeadamente os de capacitação institucional e assistência técnica, o que revela a incapacidade/constrangimentos de um programa de cooperação deste tipo, no conjunto de mais de meia centena de projectos em curso por ano. Esta questão é simultaneamente uma vantagem comparativa e um paradoxo da CP, dado que oferece valências dificilmente cobertas por outras cooperações (por exemplo, na área da formação/educação, capacitação das instituições da administração pública e da defesa e segurança);
- Apesar do interesse dos projectos portugueses em várias áreas continuar a ser reconhecido e desejado, os problemas de implementação (burocracia, demora na atribuição dos fundos, procedimentos pouco claros) acabam por afectar a qualidade e oportunidade das acções.

A designação “projecto” nem sempre é a mais adequada. Por exemplo, no sector da saúde, o “Saúde para Todos” tem mais características de programa integrado do que de projecto.

### 3.2.2 - Definição e Implementação dos Projectos

Com excepção do ano de 2007, não considerado integralmente nesta avaliação por estar ainda em execução, a taxa de execução global dos projectos inscritos em PAC é alta (**Anexo 5**). O PAC de 2005, assinado em finais de 2004, teve uma taxa de execução global de 73%. Em 2006, a taxa de execução global foi de 67%, sendo a participação específica do IPAD de 52%. Contudo, sendo alta a taxa de execução global, as taxas de execução dos projectos



são muito variáveis, estando bem identificados quais os programas/projectos com **maior taxa de execução financeira**<sup>5</sup>:

- Os projectos da área da **Educação**, com taxas globais de execução acima dos 80% em 2005 e 2006, nomeadamente o Programa de Apoio ao Ensino Secundário (PAES) com taxas superiores a 100%, em 2006;
- Os projectos da rede de **Protecção Social** financiados pelo MTSS (taxa de execução de 105% em 2005). São projectos integrados e multidimensionais, ao nível micro, com forte enfoque na redução da pobreza e da exclusão social. Em Agosto de 2006 os financiamentos foram suspensos,<sup>6</sup> e só voltaram a ser restabelecidos em Março de 2007;
- A cooperação na área da **Justiça** (executada pelo GRIEC/MJ, com financiamento do IPAD, teve uma taxa de execução superior a 100% em 2005, mas muito baixa (15,2%) em 2006;
- A cooperação **Técnico-militar**, financiada essencialmente pelo MDN registou uma taxa de execução de 104%, em 2005, e 87%, em 2006;
- O projecto na área da **Saúde**, financiado pelo IPAD e pela FCG e executado pelo IMVF, teve uma taxa de execução de 100% em 2005 e 2006.

Entre os factores que contribuem para a elevada taxa de execução incluem-se:

- **A definição clara e detalhada dos documentos dos projectos** – os projectos bem estruturados, com informação qualitativa e quantitativa detalhada, com uma clara definição de objectivos, metodologia de actuação, divisão de responsabilidades em termos de gestão e execução, destinatários das acções e calendarização das actividades, apresentam maiores taxas de execução;
- **O acompanhamento regular dos projectos** – nas situações em que foi feito um acompanhamento regular, as taxas de execução tenderam a ser maiores:
  - No caso do MTSS, o acompanhamento foi assegurado pela realização de missões regulares em que foi feita uma avaliação contínua do progresso das acções, dos constrangimentos e pontos a desbloquear, e que envolveu, por vezes, acções que

<sup>5</sup> A taxa de execução financeira não é necessariamente sinónimo de taxa de execução física. Os desfasamentos e/ou taxa de execução superior a 100% decorrem da forma como são elaborados os PAC, com previsão de custos sem a devida análise prévia, o que pode provocar uma sobre ou sub valorização dos recursos financeiros necessários à execução dos projectos.

<sup>6</sup> Devido a um incidente ocorrido com o Director do Gabinete de Estudos, Cooperação e Desenvolvimento, do Ministério do Trabalho de STP, numa reunião na Guiné-Bissau.



poderão ser consideradas de capacitação institucional das entidades executoras.

- No caso da cooperação técnico-militar, houve um acompanhamento diário das acções a partir do terreno, através de responsáveis específicos por esta cooperação na Embaixada portuguesa;
  - No “Saúde para Todos”, a equipa local faz a implementação e o acompanhamento, através de reuniões quinzenais, e de uma gestão forte, para além de o IMVF português realizar 4 missões anuais ao terreno;
  - No PAES, o coordenador local faz o acompanhamento e a gestão de todas as actividades realizadas no âmbito deste projecto, apresentando relatórios regulares ao IPAD e ao GAERI.
- **A autonomia financeira** – este factor permite maior rapidez e flexibilidade na aplicação dos fundos. Isso mesmo ressalta da análise dos projectos do MTSS, em que as verbas são desbloqueadas em tempo útil, sem atrasos relativamente ao planeado. Os projectos inscritos nesta área são financiados com uma dotação inscrita no orçamento da Segurança Social, o que permite igualmente uma gestão que assegura a passagem anual sem atrasos nos primeiros meses do ano.

Nos casos em que há co-financiamento do IPAD, o desbloqueamento inicial de verbas (adiantamento), como no caso do “Saúde para Todos”, permite que o projecto, na sua fase de arranque, disponha de recursos financeiros fundamentais para uma parte importante das actividades planeadas e uma gestão mais expedita.

- **A identificação clara dos interlocutores são-tomenses e seu envolvimento de forma estreita e participativa na implementação dos projectos:**
  - Nos projectos do MTSS *os interlocutores locais são os responsáveis da SCM os quais assumem grande parte das tarefas de implementação;*
  - No “Saúde para Todos”, a implementação cabe a uma ONG local, filial da ONG portuguesa com o mesmo nome, e são os *quadros locais dessa ONG que são responsáveis pela gestão e acompanhamento do projecto, com o envolvimento estreito dos Delegados de Saúde dos Centros e Postos de Saúde, os quais são o elo de ligação com o Ministério da Saúde;*
  - *Nas acções policial e técnico-militar, a estrutura de comando e a divisão de competências é clara. Existe um rosto da cooperação, que constitui o ponto focal para a resolução dos problemas e contactos com a sede.*





Entre os factores que explicam o **reduzido sucesso** de implementação de alguns projectos incluem-se:

- O carácter anual da programação financeira em Portugal, que dificulta as modalidades de financiamento, limitando a possibilidade da transição das verbas não utilizadas de um ano para o outro;
- A morosidade das entidades são-tomenses, quer na formulação dos pedidos (Educação, Finanças), quer na resposta a solicitações portuguesas (Justiça, Educação);
- O processo burocrático em Portugal e a assinatura tardia dos PAC (2006 e 2007), bem como a morosidade no desbloqueamento de verbas;
- As restrições orçamentais na CP, nos últimos anos, que inviabilizaram o arranque de alguns projectos por falta de verbas e obrigaram a cortes em projectos já em curso.

### 3.2.3- Outras modalidades de financiamento

**Co-financiamento de ONG** – 8,1% da ajuda, em 2005 e 4,5%, em 2006, foi utilizada no apoio da actividades de ONG, através deste instrumento, tendo sido desenvolvidas actividades pela AMI (a trabalhar em Caué), IMVF (Água Pura/Vida Sã), URBE-África (saneamento ambiental na Ilha do Príncipe), AFMP (centro comunitário em Neves), Médicos do Mundo e Leigos para o Desenvolvimento (no apoio ao IDF) (quadro 5).

**Apoio ao sector privado** – com o objectivo de promover o desenvolvimento deste sector em STP, designadamente o processo de reestruturação económica interna e de inserção do país na economia regional e mundial, a CP apoiou a Sociedade de Promoção de Investimentos (SPI), sociedade de direito privado e de capitais luso-são-tomenses, onde o Estado Português detinha 51%, através do IPAD, e o Estado são-tomense 49%. A SPI, constituída a 29 de Dezembro de 2000, visava ser o principal instrumento de cooperação económica entre os dois países, numa altura em que se desenhava uma reestruturação da economia são-tomense, passando por privatizações em sectores-chave do país (portos, aeroportos, energia, etc.), promovendo a dinamização do sector empresarial local e a atracção do investimento estrangeiro, designadamente o português. Contudo, o pouco envolvimento do Estado são-tomense, traduzido no incumprimento do previsto aumento da sua parcela do capital social (a ex-APAD fez um contrato de suprimentos no valor da respectiva parcela de aumento de capital), tornou a continuidade deste projecto insustentável, tendo sido aprovada a dissolução da empresa em Março de 2007, estando em curso o respectivo processo de



liquidação. O fim da SPI implica o desaparecimento de qualquer tipo de apoio direccionado ao sector privado em S. Tomé e Príncipe, sendo certo que a SPI teve, apesar de tudo, um papel muito importante ao nível de alguns pequenos e médios empresários são-tomenses.<sup>7</sup>

**O Programa de bolsas de estudo**, financia a concessão de bolsas, quer para a frequência de estabelecimentos de ensino em Portugal, quer em STP, como é descrito na questão 3.

**A cooperação tripartida** com o Luxemburgo e com a UE, nomeadamente na área das bolsas de estudo e o apoio através do **Trust Fund do PNUD**, para o apoio às eleições, foram outras modalidades utilizadas no PIC em execução.

Quadro 5 – Estrutura do apoio às ONG, 2005-06

	2005	2006	Total	%
<b>920 - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS</b>	<b>245.389</b>	<b>436.676</b>	<b>682.065</b>	<b>100</b>
Sol sem Fronteiras - Centro Social de Apoio à Infância Ribeira Afonso	7.736		7.736	1
AMI - Criação de um novo posto periférico no interior do distrito de Caué e formação em especialidades dos quadros locais - luta contra o Paludismo	104.720		104.720	15
ONG Associação Fernão Mendes Pinto - Centro de Artes e Costura	15.005	827	15.832	2
AFMP - Projecto Centro Comunitário da Cidade das Neves	8.097		8.097	1
AMI - Reabilitação / Formação / Assistência - Caué	44.831	30.641	75.472	11
ONG IMVF - Água Pura / Vida Sã		109.800	109.800	16
ONG URBE-ÁFRICA: Agir para prevenir - Projecto de sensibilização e saneamento ambiental na Ilha do Príncipe		147.018	147.018	22
ONG IED - Apoio ao desenvolvimento da Região Autónoma do Príncipe		118.390	118.390	17
Apoio ao IDF - Instituto Diocesano de Formação	65.000		65.000	10
<b>998 - NÃO AFECTADO/NÃO ESPECIFICADO</b>		<b>30.000</b>	<b>30.000</b>	<b>4</b>
Fundo para Pequenos Projectos		30.000	30.000	

Fonte: IPAD/DSP, 2007.

### 3.2.4 - Articulação entre entidades financiadoras e executoras dos PAC

Relativamente à articulação entre as entidades financiadoras e executoras dos PAC – essencialmente IPAD e ministérios sectoriais ou organismos públicos, mas também instituições são-tomenses e ONG – os instrumentos de concepção, acompanhamento e coordenação existentes evidenciam várias deficiências.

Em **primeiro lugar**, ainda não existe, à priori, uma efectiva concertação de todos os agentes que intervêm nos PIC e PAC em termos de concepção e formulação das linhas gerais de actuação. O PIC e os PAC são elaborados com base em negociações conduzidas pelo IPAD/MNE, não existindo, muitas vezes, uma justificação técnica ou estratégica adequada

<sup>7</sup> Valeria a pena fazer-se uma avaliação deste tipo de apoio, tornando-a num “case study” para o futuro da cooperação nesta área.



para a inclusão ou exclusão de determinado projecto ou para o favorecimento de uma área sectorial de intervenção em detrimento de outra. Os projectos são inscritos em PAC e só depois são sujeitos à apreciação/análise do IPAD, o que é contraproducente pois a análise da viabilidade fica posta em causa, na medida em que o projecto já está assumido entre as partes. Este procedimento é aplicado para todos os projectos, independentemente do financiamento depender ou não do IPAD.

Em **segundo lugar**, os mecanismos de acompanhamento não estão harmonizados e sistematizados pelos vários intervenientes. Em termos gerais, o único órgão de coordenação e articulação entre o IPAD e os ministérios sectoriais – a CIC – tem vindo a ter um lugar mais relevante na troca de informação, mas ainda não desempenha um papel efectivo na concertação e coordenação das acções dos diversos actores. Na prática, no período em análise, o IPAD não conseguiu assegurar a sua função de coordenador efectivo. A inexistência de procedimentos claros de articulação com os ministérios também contribuiu para essa realidade. Alguns ministérios realizaram missões separadamente, sem prévio conhecimento do IPAD (e vice-versa) e desenvolveram relações com os ministérios congéneres de STP, sem uma verdadeira articulação com o IPAD, originando uma dispersão da teia de relacionamentos e transmitindo para o exterior uma imagem de descoordenação.

Em **terceiro lugar**, o modelo de gestão do IPAD é pouco adequado à realidade em termos de articulação terreno/sede verificando-se uma escassez de recursos técnicos e humanos em STP para responder às exigências desta área de trabalho. Por um lado, os serviços de acompanhamento no IPAD têm uma carga de trabalho burocrático/administrativo maior do que seria desejável, limitando um acompanhamento mais proactivo dos projectos. Por outro lado, a falta de recursos na área da cooperação junto da Embaixada, bem como de procedimentos normalizados, também colocou problemas de coordenação dos diversos actores da CP a trabalhar em STP. Por exemplo, na área da saúde, foi no contexto desta avaliação que os diversos actores se sentaram à mesma mesa. Ressalta a necessidade de reforço da delegação local, quer em recursos humanos, quer em competências, para poder tomar decisões de forma mais expedita e a CP poder assumir um papel de dinamizador/catalizador do diálogo entre os parceiros do desenvolvimento, sobretudo nos sectores em que é o principal doador.

### **3.2.5 - Constrangimentos *no alcançar dos Objectivos e Resultados***

Foi identificado um conjunto de dificuldades e constrangimentos na concepção,



implementação e acompanhamento dos projectos inscritos nos PAC, que afectam a sua execução. A taxa de execução mede apenas a realização das actividades previstas e não o nível de obtenção de resultados. No decurso da avaliação, foi possível identificar factores globais que inibiram o alcançar dos objectivos dos PAC, com a ressalva de estes problemas variarem de relevância e grau de intensidade consoante o tipo de projecto:

- Nos anos 2005 e 2006, a cooperação entre os dois países foi afectada pelas alterações políticas em Portugal, que representaram mudanças nas abordagens da cooperação, avanços e recuos nos processos negociais dos programas de cooperação e ainda remodelações nos organismos responsáveis pela coordenação e implementação da cooperação (Secretaria de Estado, IPAD, Ministérios sectoriais, organismos públicos). Este quadro de fundo, conjuntamente com as restrições orçamentais impostas no período em apreço, reflectiu-se negativamente na prossecução dos objectivos da CP nomeadamente na execução de alguns projectos;
- As mudanças políticas ocorridas nos dois últimos anos em STP também se reflectiram na cooperação, devido à mudança dos interlocutores;
- A maioria dos projectos têm objectivos genéricos, sem definição de metas quantitativas e/ou qualitativas a atingir e sem calendarização das actividades. Existem porém algumas excepções, como as intervenções do MTSS, o programa de cooperação técnico-militar, e o projecto “Saúde para Todos”. Para além disso, vários projectos plurianuais não especificam um limite temporal, pelo que muitos podem prolongar-se sem uma análise adequada da sua eficácia;
- Na maioria dos casos não há indicadores de execução e/ou de resultados e efeitos que permitam fazer uma gestão centrada nos resultados e uma posterior avaliação, limitando a possibilidade de identificar os projectos que correram bem para os replicar, e os que correram mal para os reformular tendo em atenção o alcançar de resultados na promoção do desenvolvimento de STP;
- Não existe, em termos genéricos, uma relação directa entre os objectivos propostos no PIC e nos PAC e os propósitos das actividades e projectos inseridos nos PAC. É solicitado aos ministérios que informem sobre os projectos que pretendem ver inscritos no PAC, o que transforma este documento numa listagem de projectos os quais não têm significado ao nível financeiro, nem se integram nas prioridades definidas em sede de PIC. A ausência de critérios claros de selecção e aprovação dos projectos, assentes



numa justificação técnica apropriada, faz com que os mesmos sejam muitas vezes inseridos em PAC de uma forma *ad-hoc*, e que vários projectos dificilmente correspondam às prioridades definidas em sede de PIC. São disso exemplo os projectos de capacitação técnica e de formação profissional na área da Agricultura que foram inseridos nos PAC 2005 e 2006, com uma taxa de execução de 0%.

### 3.2.6 - Previsibilidade da ajuda<sup>8</sup>

Desde a assinatura do PIC, o apoio através de projectos tem sido a modalidade mais importante, colocando problemas de coordenação da ajuda e, face aos cortes orçamentais na CP e aos atrasos nas decisões quer em STP, quer em Portugal, de desbloqueamento das verbas previstas, que nem sempre aconteceu. Há sectores/áreas em que os cortes foram mais notórios, como é o caso da BG/Justiça em 2006. Estes entraves traduziram-se numa baixa previsibilidade da ajuda e em algum mal-estar entre os dois países.

Da parte dos interlocutores são-tomenses há um sentimento de imprevisibilidade, sobretudo a partir de 2006. Uma das críticas apontadas diz respeito ao facto de o IPAD realizar unilateralmente a definição de prioridades e alteração de rubricas, fazendo cortes sem qualquer consulta prévia sobre a sua relevância.<sup>9</sup>

#### Questão 2 – Síntese

- **As modalidades de financiamento da CP centram-se nos projectos, os quais são implementados por diferentes actores: ministérios e instituições sectoriais portuguesas, instituições são-tomenses (Santa Casa), ONG, etc.**
- **Entre os factores de sucesso dos projectos destacam-se: a definição clara e detalhada dos seus documentos; o acompanhamento regular; a autonomia financeira e a identificação clara dos interlocutores são-tomenses e seu envolvimento de forma estreita e participativa na implementação**
- **Outras modalidades de financiamento incluíram o programa de bolsas para estudantes universitários; o co-financiamento de ONG, a cooperação tripartida (com o Luxemburgo e com a UE, nomeadamente na área das bolsas de estudo), e o apoio através do Trust Fund do PNUD (para apoio às eleições) e o apoio ao sector privado (SPI)**
- **Em muitos casos, não existe uma relação directa entre as propostas de actividades e projectos dos PAC e os objectivos subscritos no PIC**

<sup>8</sup> A previsibilidade significa que o Governo é, oportuna e adequadamente, informado sobre os compromissos do doador e que é capaz de incluir a ajuda no Orçamento. Além disso, os desembolsos são consistentes com os compromissos, assegurando que os fundos comprometidos são efectivamente disponibilizados.

<sup>9</sup> Por exemplo, para o Ministério da Saúde o abastecimento de água ao CHAM é muito importante e prioritário, tendo sido alvo de corte sem que o Ministério ou o Hospital tenham sido consulados.

- **O carácter anual da programação financeira em Portugal dificultou as modalidades de financiamento, em particular os projectos, limitando a possibilidade de transição das verbas não utilizadas, de um ano para o outro**
- **A morosidade das entidades são-tomenses quer na formulação dos pedidos (Educação, Finanças), quer na resposta a solicitações portuguesas (Justiça, Educação) limitaram a execução dos projectos**
- **O processo burocrático em Portugal e a assinatura tardia dos PAC (2006 e 2007) também reduziram a capacidade de implementação dos projectos, bem como a decisão tardia sobre o desbloqueamento das verbas**
- **As restrições orçamentais na CP, nos últimos anos, inviabilizaram o arranque de alguns projectos por falta de verbas**
- **Os cortes realizados criaram problemas na previsibilidade da ajuda, sendo criticada pela parte são-tomense a forma unilateral como foram feitos**



### 3.3. Eficácia do apoio à Educação

*Em que medida o apoio português ao sector da educação e formação contribui para a formação dos recursos humanos e para a existência de serviços eficazes que beneficiem as pessoas e as instituições são-tomenses?*

#### 3.3.1 – Prioridades do Governo

A ENRP identifica como prioridades no domínio da **Educação, Alfabetização, Formação** (pp. 23):

- A erradicação do analfabetismo;
- O cumprimento da escolaridade obrigatória de 6 anos;
- A igualdade de oportunidades efectiva no acesso e permanência no ensino secundário;
- A formação de recursos humanos para responder às necessidades de desenvolvimento do país.

Segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo de STP, o ensino secundário está organizado em 2 ciclos. O 1º ciclo (7ª à 9ª classe) e o 2º ciclo (10ª à 12ª classe). Dificuldades na implementação da Lei levam a que na prática o secundário de base seja da 5ª à 9ª classes e o secundário inclui a 10ª e a 11ª classes uma vez que o ensino público ainda não implementou a 12ª classe.

Apesar de STP ter uma cobertura de ensino básico das mais elevadas de África, actualmente cerca de 60% das crianças que completam a 4ª classe não conseguem fazer a 6ª classe, devido a problemas de acesso. Neste quadro, está em curso a reforma do ensino básico,<sup>10</sup> que alarga a escolaridade obrigatória de 4 para 6 anos, o que obriga a uma redefinição da Carta Escolar e tem implicações na formação de professores.<sup>11</sup> A formação de professores é considerada o calcanhar de Aquiles do sistema de ensino. A Escola de Formação de Professores (EFOP) forma, com o apoio da cooperação italiana, os professores do 1º e 2º

<sup>10</sup> Esta reforma é financiada pelo BM, através do PASS – Programa de Apoio ao Sector Social.

<sup>11</sup> A reforma inclui a formação de professores para poderem dar as 6 classes. A ESE de Santarém tem estado a dar formação a 8 formadores que irão formar os professores são-tomenses. Inclui também a elaboração de manuais escolares (contando com o apoio da ESE de Santarém e da FCG) – está em curso o lançamento de um concurso internacional para a impressão dos manuais das 1ª e 2ª classes – e a construção de novas escolas.



ciclos (1<sup>a</sup> à 6<sup>a</sup> classes). A formação de professores do ensino secundário é da competência do Instituto Superior Politécnico (ISP).

As medidas de política adoptadas no país para o desenvolvimento da educação visam prioritariamente o alargamento e o reforço da escolaridade básica obrigatória. Apesar dos esforços realizados, as lacunas são grandes ao nível da qualidade da educação, nomeadamente:

- Escassez de oferta educativa a todos os níveis incluindo o do ensino básico obrigatório;
- Elevados níveis de insucesso no ensino primário;
- Elevadas taxas de abandono antes de finalizar a 6<sup>a</sup> classe;
- Existência de uma maioria de professores sem formação específica;
- Carência de manuais actualizados e existência de programas obsoletos;
- Ausência de apoio pedagógico e supervisão administrativa às escolas.

O ensino superior está numa fase embrionária. O ISP ministra vários cursos, quer ao nível do bacharelato (ciências, física e química), quer da licenciatura (línguas e literaturas modernas, língua portuguesa, língua francesa, língua e administração contando com o apoio do ICA), e gestão de empresas. É a instituição de formação de professores para o ensino secundário.

Existem duas Universidades privadas – Universidade Lusíadas (extensão da Univ. Lusíada portuguesa, que iniciou o funcionamento em 2006/07, com o ano zero) e o IUCAI (com cursos de direito, ciências empresariais, telecomunicações e contabilidade, entre outros).

A vertente mais importante da formação superior ocorre no exterior e é financiada pela CP, através da atribuição de bolsas de estudo para a frequência de estabelecimentos de ensino em Portugal, quer pelo IPAD, quer pela FCG, quer ainda ao abrigo de geminações entre municípios. Esta componente atrai muito a atenção dos jovens são-tomenses mas coloca problemas ao nível do retorno.

### **3.3.2 – Apoio da Cooperação Portuguesa**

O apoio português no sector da educação inscrito no PIC 2005-2007 incide na melhoria do sistema de ensino, centrando-se predominantemente no envio de professores para colmatar necessidades no ensino secundário liceal, no ensino secundário profissionalmente qualificante, no reforço da língua portuguesa, no desenvolvimento do ensino técnico-





profissional, bem como na formação superior de estudantes são-tomenses, através da atribuição de bolsas (que absorveu 58% da ajuda ao sector da educação, no período em análise) (quadro 6).

## A – Envio de Professores

O apoio ao ensino secundário é complementar ao apoio do BM, através do PASS<sup>12</sup>, no ensino básico ainda que não haja uma verdadeira complementaridade/interacção entre os dois programas de cooperação. A complementaridade existe não por esforço conjunto nesses sentido mas por mero acaso. A colocação de professores portugueses tenta colmatar lacunas existentes no ensino secundário mas os seus efeitos no sistema de ensino são muito limitados. Lecionam em STP um total de 24 docentes, dando aulas no Liceu, no curso profissionalmente qualificante, no IDF e na ilha do Príncipe.

Quadro 6 – Estrutura da ajuda ao sector da educação, em 2005-06

	2005		2006		Total	
TOTAL APD São Tomé e Príncipe - Sector Educação (€)	2.625.177	%	3.478.719	%	6.103.896	%
110 - EDUCAÇÃO	2.625.177	100	3.478.719	100	6.103.896	100
<b>111 - Educação, nível não especificado</b>			<b>4.014</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
07786 Apoio à 'Associação dos Jovens com Iniciativa Regionais a Favor das Crianças'			4.014		4.014	
						<b>0</b>
<b>112 - Educação básica</b>	<b>237.429</b>	<b>9</b>	<b>115.251</b>	<b>3</b>	<b>352.680</b>	<b>6</b>
01464 Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe	48.333	2	70.251	2	118.584	2
06553 Escola do Ensino Básico, Creche e Jardim Infantil	189.096	7	45.000	1	234.096	4
<b>113 - Educação secundária</b>	<b>426.163</b>	<b>16</b>	<b>896.384</b>	<b>26</b>	<b>1.322.547</b>	<b>22</b>
01924 Bolsas de estudo internas em S. Tomé	18.868	1	21.126	1	39.994	1
01965 PROGRAMA DE APOIO AO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO (PAEBS) - Envio de docentes para formação de professores do ensino secundário.	236.967	9	680.964	20	917.931	15
03255 Formação de Professores	660	0	3.052	0	3.712	0
04627 Instituto Diocesano de Formação João Paulo II	133.179	5	165.122	5	298.301	5
06121 Bolsas para Ensino Secundário	26.339	1	26.120	1	52.459	1
07276 Lançamento de uma experiência-piloto ao nível da 10ª classe, da via de ensino profissionalmente qualificante	10.150	0			10.150	0
<b>114 - Educação pós-secundária</b>	<b>1.961.585</b>	<b>75</b>	<b>2.463.070</b>	<b>71</b>	<b>4.424.655</b>	<b>72</b>
00358 Apoio ao Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe (ISPSTP)			7.854		7.854	0
00581 Bolsas de Estudo para frequência do sistema educativo	285.085	11	348.625	10	633.710	10
00742 Rede de Docência (Leitores)	61.282	2	65.502	2	126.784	2
00743 Bolsas de estudo	22.515	1	23.350	1	45.865	1
03225 Centro de Língua Portuguesa / Instituto Camões de São Tomé			7.958	0	7.958	0
06046 Bolsas do Luxemburgo - São Tomé e Príncipe - Pagamento do IPAD	6.667	0			6.667	0
06151 Encargos com estudantes santomenses que frequentam o Ensino Superior em Portugal ao abrigo do Regime Especial de Acesso.	1.568.248	60	1.967.000	57	3.535.248	58
06515 Instituições Apoiadas	15.879	1	14.400	0	30.279	0
07438 Bolsas da UE - São Tomé e Príncipe - Pagamento do IPAD	1.909	0			1.909	0
07860 Protocolo científico e cultura entre o IPP, S. Tomé e a Universidade Politécnica de Madrid			28.381	1	28.381	0

Fonte: IPAD/DSP, 2007.

Os constrangimentos nacionais, ao nível do sistema de ensino (a inexistência de manuais escolares,<sup>13</sup> a sobrelotação das turmas, a qualidade do ensino ministrado nos primeiros níveis, as más condições de trabalho, o sistema de avaliação final) limitam os resultados nas

<sup>12</sup> Programa de Apoio ao Serviço Social, que no sector da educação apoio a reforma do ensino básico. Através deste programa tem havido colaboração da FCG na concepção dos manuais escolares.

<sup>13</sup> Para colmatar a ausência de manuais escolares, outro constrangimento sentido, os professores portugueses adoptaram um sistema de "sebentas", disponibilizadas quer aos alunos quer aos colegas são-tomenses, para promover a aprendizagem.



10<sup>a</sup> e 11<sup>a</sup> classes onde o apoio dos docentes portugueses se centra, agravados pelo facto de a chegada tardia dos docentes (entre Novembro e Janeiro, quando as aulas se iniciam em Setembro) fazer com que por vezes não seja leccionado o 1<sup>o</sup> período.

O envio de professores resolve problemas de carências pontuais mas não contribui para a resolução dos problemas estruturais do sistema de ensino. Colocam-se por isso dificuldades ao nível da sustentabilidade e de falta de eficácia. Apesar de existir alguma articulação e colaboração estreita entre professores portugueses e são-tomenses, com reuniões metodológicas regulares e partilha de informação e materiais, as questões estruturais mantêm-se.<sup>14</sup> A formação de professores,<sup>15</sup> via fundamental para colmatar as lacunas evidentes nesta área, estava prevista no PAC de 2007 mas não se concretizou por falta de verbas da CP. Torna-se, assim, evidente a necessidade de apostar num apoio mais estruturado e estruturante no ensino secundário e na formação de professores, bem como no apoio técnico ao Ministério da Educação, nomeadamente na área da gestão escolar. Em 2006, foi elaborado, em parceria com a Universidade de Aveiro e o GAERI/GEPE do Ministério da Educação, o projecto “Curso de Formação Especializada em Ensino”, cujo objectivo era a qualificação científica e pedagógica dos docentes são-tomenses, em áreas de conhecimento adequadas para o ensino secundário (da 7<sup>a</sup> à 11<sup>a</sup> classes). O projecto foi suspenso em consequência da contenção orçamental desse ano.

Entre as lacunas/problemas identificados no actual sistema de envio de professores destacam-se:

- O desconhecimento da realidade são-tomense por parte dos professores contratados, requerendo formação inicial sobre a realidade sócio-cultural, bem como dos programas que vão leccionar;
- A tónica no último ciclo (10<sup>a</sup> e 11<sup>a</sup> classes), quando os principais problemas se colocam nos níveis anteriores;
- Atenção centrada na leccionação, quando é necessário actuar noutros níveis de forma concertada: apoiar a reforma a partir da 7<sup>a</sup> classe e centrar os esforços na capacitação científico-pedagógica dos professores são-tomenses, a par de uma redução do envio de

---

<sup>14</sup> Para atenuar as falhas, os docentes portugueses iniciaram acções de formação de professores nas disciplinas de matemática, física e português. Apesar da elevada taxa de inscrição, a sobrecarga de trabalho dos professores são-tomense (que chegam a trabalhar em 3 lugares distintos) limitou, contudo, a sua frequência. Para resolver este problema, no próximo ano lectivo será incluído no horário dos professores um espaço para formação.

<sup>15</sup> A par da reforma da carreira docente.



professores.

### **B – Projecto “Ensino Secundário Profissionalmente Qualificante”**

O apoio ao ensino secundário profissionalmente qualificante nasceu de um pedido feito pelo então Ministro da Educação. Arrancou em Fevereiro de 2006, funcionando actualmente com 4 cursos (Turismo, Gestão/Administração, Arte e Design e Tecnologias Industriais). Prevê-se o arranque do curso de Informática em Setembro de 2007 e do de Agropecuária em 2008/09. Os primeiros alunos formados sairão em 2007/08, com a 12ª classe, podendo ingressar directamente na vida activa ou prosseguir estudos superiores.

As turmas são mais pequenas do que no Liceu, a maior parte dos professores são cooperantes com formação específica e pedagógica, existem manuais e equipamentos factos que se reflectem no aproveitamento dos alunos. A coordenação tem sido assegurada por Portugal, tendo a parte são-tomense nomeado recentemente um coordenador nacional que passará gradualmente a liderar a coordenação a partir de Setembro de 2007, mantendo-se o apoio português até 2008/09. Os indícios de apropriação ainda são baixos, mas espera-se que aumentem significativamente nos próximos anos. Uma das preocupações prende-se com a existência, ou não, de professores nacionais. Por isso, há a preocupação de os primeiros alunos que saírem serem especializados (através de cursos e estágios) para passar a dar formação nestes cursos e assim substituírem os professores portugueses, que constituem actualmente a maioria do corpo docente.

O ensino profissionalmente qualificante veio colmatar uma lacuna de formação nesta área, havendo a percepção de que se não fosse o apoio da CP este curso não estaria a funcionar. Portugal tem estado a assumir quase tudo,<sup>16</sup> notando-se alguma ausência de STP (por exemplo, a não assinatura dos contratos por parte da Ministra, a não promulgação do diploma legal de enquadramento dos Cursos Secundários Profissionalmente Qualificantes, a não resolução do problema da segurança dos equipamentos oferecidos pela CP e a falta de um espaço físico para poder funcionar como Secretaria). A apreciação que é feita pelos

---

<sup>16</sup> A Cooperação Portuguesa, para além dos docentes, garante o fornecimento gratuito de manuais para todos as disciplinas dos cursos, equipamentos e materiais necessários (em especial para as disciplinas técnicas), instalação de uma sala de informática e de um atelier para “Arte e Design” e a construção de um espaço oficial. Em termos de esforço financeiro, isto representou para a Cooperação Portuguesa o montante de 650 mil euros no ano lectivo 2005/2006 prevendo-se um encargo total de 775 mil euros para 2006/2007.



vários responsáveis do projecto entrevistados (da parte são-tomense e da parte portuguesa) é muito positiva e útil, tendo tido efeitos positivos. Contudo, foram apontados alguns constrangimentos, a saber:

- Dificuldade geral por parte dos alunos no domínio da língua portuguesa;
- Deficiente cobertura da rede de transportes, que provoca atrasos e desistências dos alunos, não estimulando o aparecimento de novos candidatos;
- Falta sistemática de energia eléctrica, que perturba e impede o desenvolvimento normal das aulas, nomeadamente as que são apoiadas nas novas tecnologias de comunicação.

Apesar de em 2006 a taxa de execução ter sido de quase 100% (atendendo que o projecto teve início em Fevereiro daquele ano) as maiores dificuldades do projecto recaem sobre as autoridades e responsáveis são-tomenses, nomeadamente: (i) a tardia aprovação do processo de regulamentação do CSPQ<sup>17</sup> e; (ii) a nomeação tardia de um coordenador da parte são-tomense, que só ocorreu muito recentemente.

De um modo geral, os problemas apontados ao Projecto são problemas estruturais que atravessam todo o país, nomeadamente a sua apropriação e sustentabilidade, devendo o futuro assentar numa estratégia (apontada em memorando pelo serviço de acompanhamento do IPAD) de que se destacam os seguintes pontos:

- Adopção de um protocolo de formalização entre as entidades participantes (IPAD, ME/GEPE, MECJD) para um maior envolvimento das autoridades são-tomenses no Projecto;
- Morosidade do ME, por exemplo ao nível do pedido de professores e de definição de programas das disciplinas, com atrasos na assinatura de documentos;
- Pressão sobre o MECJD para concluir a regulamentação do CSPQ;
- Promoção de acções de divulgação e sensibilização sobre os CSPQ;
- Apoiar os estudantes que deverão concluir os primeiros CSPQ em 2008, em termos de saídas profissionais.

### **C – Instituto Diocesano Formação João Paulo II (IDF)**

O IDF é uma escola de ensino particular, cuja entidade titular é a Diocese de S. Tomé e Príncipe, que ministra os currículos portugueses, do 5º ao 12º anos (com uma turma de cada

---

<sup>17</sup> Foi aprovado o DL de enquadramento da experiência piloto do EPQ mas falta ainda aprovar o Despacho Normativo que assegura a sua regulamentação.



ano), desde 1993.<sup>18</sup> No ano lectivo 2006/2007, foi frequentado por 270 alunos, 95% dos quais são-tomenses que acederam após exame de admissão.<sup>19</sup> É o único estabelecimento escolar do país com oferta do 12º ano.

A CP financiou a construção e equipamento das novas instalações, a funcionar desde Novembro de 1997, e o seu apoio é o principal suporte de viabilização da Escola – financia 88% das despesas (o IPAD cobre 23%, suportando os suplementos salariais, e o ME/GEPE 66%, na forma de apoio mensal).<sup>20</sup> As propinas não cobrem as despesas correntes, porque são demasiado baixas (sobretudo quando comparadas com as da Escola Portuguesa).

Apesar das deficiências/limitações, o IDF é uma escola de referência para STP. Da entrevista realizada com os responsáveis do IDF ressalta que os principais problemas da Escola se centram:

- Na falta de formação pedagógica dos professores e fraca habilitação em língua portuguesa – só 13% tem habilitações profissionais;
- No facto de 78% dos professores terem outros empregos, limitando a assiduidade;
- Na má preparação dos alunos: 64% dos alunos com mau aproveitamento escolar em 2005/2006 entraram no IDF no 10º e 12º anos. Os que iniciam o seu percurso escolar nesta escola no 5º ano têm maior sucesso;
- Na falta de sustentabilidade financeira – o valor das propinas, apesar de considerado elevado para os são-tomenses, não cobre as despesas de funcionamento.

## **D – Ensino Superior**

### **D1 – Bolsas**

A política de bolsas do IPAD, visando a valorização dos recursos humanos, nomeadamente na componente de ensino secundário, superior e formação profissional, tem-se assumido como um dos elementos fundamentais da estratégia da CP com os diferentes países parceiros, sendo um dos eixos da cooperação constantes nos respectivos PIC. No caso de

---

<sup>18</sup> Tem como antecedentes a criação, em 1989, de uma Associação entre a ONG Leigos para o Desenvolvimento e o Bispo de STP de então, vocacionada para ajudar STP na educação de jovens, sobretudo trabalhadores estudantes. Em 1993, tornou-se numa escola portuguesa graças ao empenhamento do Embaixador de Portugal na altura, dado que STP era o único país lusófono que não tinha uma escola destas.

<sup>19</sup> O acesso directo é dado apenas aos filhos dos cooperantes que já vêm com escolaridade.

<sup>20</sup> No quadro de uma hipotética não continuidade do apoio da CP, a entidade titular da escola, presente na reunião com a equipa de avaliação, referiu que “a diocese poderia eventualmente assumir o IDF numa situação de saída da cooperação portuguesa”.



STP esse apoio é bem explícito e traduz-se, no momento actual, num total de 78 bolsas do ensino superior (incluindo o ensino militar e policial), correspondendo a um esforço financeiro de 316.000€ em 2005 e 451.500€ em 2006.

A atribuição de novas bolsas tem vindo a diminuir nos últimos anos. A concessão de bolsas para o ensino superior coloca questões a STP numa dupla perspectiva: (i) a avaliação específica da correspondência entre as áreas de bolsas e a estratégia de desenvolvimento do país e; (ii) o retorno de quadros após a finalização dos cursos.

O primeiro aspecto está fora do âmbito desta avaliação. Trata-se de uma matéria controversa tendo em conta a necessária concertação entre o país beneficiário e o país doador na definição das áreas e número de bolsas a atribuir, no respeito pela responsabilização de cada um no respectivo terreno de decisão.<sup>21</sup>

Quanto ao segundo ponto, o retorno de quadros formados no exterior, à semelhança do que acontece na grande maioria dos países receptores de ajuda, põe-se em STP de uma forma premente, atingindo a percentagem de 90% os quadros que não regressam ao país.<sup>22</sup> Para ultrapassar esta situação as autoridades são-tomenses aprovaram recentemente a criação da Universidade Pública de STP. A perspectiva a prazo será a formação superior (nível de licenciatura) ser feita no país, deixando a formação avançada para o exterior. Uma outra diz respeito à decisão do Governo são-tomense privilegiar o aumento gradual das bolsas internas, de forma a colmatar esta dificuldade reduzindo igualmente os custos com o apoio aos bolseiros, como já referido.

Encontra-se em Portugal, à margem do contingente anual das bolsas facultadas pelo Governo português, um considerável número de alunos são-tomenses (cerca de 250, em 2005), a frequentar diversos cursos, nomeadamente de formação profissional, situação que resulta de diversos acordos estabelecidos entre as autoridades são-tomenses e diversas entidades portuguesas (autarquias, associações, escolas de formação técnico-profissional, universidades, etc.). Estes alunos recebem uma bolsa do Governo são-tomense cujo valor é claramente insuficiente para a sua subsistência em Portugal, situação que reforça o problema

---

<sup>21</sup> Esta questão foi tratada na avaliação à política de bolsas do IPAD, concluída em 2006.

<sup>22</sup> A atribuição dos certificados em STP (modalidade utilizada pelo Brasil) foi referida por alguns interlocutores como uma via que poderia ser utilizada para atenuar esta situação. Outra forma de atenuar a fuga de cérebros poderá ser equacionada através da formação no quadro da CPLP, havendo já uma experiência em curso com Moçambique.



do não retorno e que tem sido origem de tensões político-diplomáticas entre Portugal e STP, nomeadamente na concessão de vistos por parte da Embaixada em S. Tomé.

## **D2 – Apoio ao ISP**

O ISP é uma instituição de ensino superior muito recente (faz 10 anos em Janeiro de 2008), com um leque de oferta reduzido. O primeiro curso aberto foi para a formação de professores da 5ª à 9ª classes. Conta com um corpo docente essencialmente são-tomense e com o apoio de um leitor do ICA que é responsável pelo Centro de Língua Portuguesa. Tem cerca de 600 alunos, dos quais 110 estão a fazer formação em exercício para passarem a ser professores.

Todo o processo de criação da estrutura administrativa e académica contou com a colaboração de instituições de ensino superior portuguesas, que foram membros do Conselho Científico até 1999. A cooperação com o ICA tem sido uma referência da cooperação com Portugal desde 1998, não só pelas actividades desenvolvidas no Centro de Língua Portuguesa mas também pelas bolsas de estudo atribuídas para a conclusão de formação dos bacharéis do ISP e para a formação de quadros nacionais, começando a ser visível uma auto-suficiência mínima nacional em termos de professores de língua portuguesa. As bolsas de mestrado também têm sido importantes.

O apoio do IPAD concretizou-se no PAC de 2006, com um montante de 7800 €, para a deslocação de professores da Faculdade de Letras de Lisboa para dar aulas na licenciatura de Língua Portuguesa. Outras colaborações de instituições universitárias portuguesas identificadas foram: Universidade de Évora (curso de turismo); ISLA (complemento de formação), Ministério da Educação (projecto Nónio). A colaboração com a Universidade de Aveiro, prevista para dar formação complementar e formar formadores de professores de Física, Química e Matemática não chegou a concretizar-se, por falta de verbas do IPAD (como já foi referido na página 26).

Apostar no apoio ao ISP, valorizando a produção interna, poderá ser uma hipótese de futuro. A actual experiência com este Instituto é considerada positiva e poderá ser alargada a mais áreas. As bolsas internas, para frequência do ensino básico e secundário, são uma experiência nova, direccionada para pessoas com dificuldades financeiras e que tem dado resultados positivos no apoio à fixação de quadros, devendo ser equacionado o seu reforço no futuro. O aumento das bolsas pós-licenciatura é, também, visto com grande interesse pela parte são-tomense.



### **D3 – Constrangimentos**

Os principais constrangimentos identificados no apoio da CP ao ensino superior são:

- Atraso na selecção dos candidatos a bolseiros em STP, porque o calendário escolar não coincide com o de Portugal – as candidaturas chegam tarde;
- Confirmação tardia das bolsas atribuídas, o que faz com que os alunos ingressem nas instituições de ensino portuguesas muito tarde (Janeiro) potenciando o insucesso;
- Morosidade na concessão de vistos por parte da Embaixada, mesmo quando já há a confirmação das bolsas portuguesa (sobretudo nos casos das bolsas de ensino profissional, no quadro das geminações, da FCG ou do IPAD);
- Falta de ajustamento da formação às necessidades de STP (por exemplo, as bolsas de medicina não respondem às necessidades – optando-se por formação no Brasil, Cuba ou Marrocos - mas também são aquelas que mais problemas colocam no retorno dos bolseiros);
- Fuga de cérebros – cerca de 90% dos bolseiros não regressa de Portugal.

### **E – Formação Profissional**

O contributo da cooperação portuguesa para a formação profissional em STP traduz-se no apoio ao Centro de Formação Profissional de S. Tomé e Príncipe (Budo-Budo), criado em 2002, no âmbito do programa entre os Ministérios do Trabalho congéneres dos dois países. Aquele Centro desenvolve acções de formação profissional e de emprego adaptadas à realidade socio-económica de STP e tem contribuído consideravelmente para a qualificação de muitos jovens e adultos, nomeadamente candidatos à procura do 1º emprego, desempregados, mães “chefes de família”, revelando-se as suas acções adequadas às necessidades do mercado de trabalho. O período 2005-2007 revelou-se como um ciclo de consolidação tendo sido implementadas com sucesso parcerias com diversas entidades públicas e privadas. A taxa de execução deste projecto foi de 99% no PAC 2005 e de 98% em 2006.

A capacitação na área da agricultura, inscrita nos PAC de 2005 e 2006, não teve execução em virtude de não estar resolvida o processo de concertação entre as partes.<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> A única experiência nesta área foi o PAMEA, com início em 1999, e com uma duração prevista de 3 anos. Tinha como objectivo contribuir para o desenvolvimento da agricultura através do apoio às médias empresas agrícolas, tendo em vista a diversificação da produção agrícola e pecuária e a melhoria das condições de produção e comercialização. Terminada a sua execução, em Junho de 2003, pode dizer-se que o programa não correspondeu, na totalidade, às expectativas iniciais, uma vez que dos seis projectos





### **Questão 3 – Síntese**

- **O apoio da CP tem-se centrado no ensino secundário liceal e profissionalmente qualificante e no superior**
- **Este apoio tem contribuído para a formação dos recursos humanos através da colocação de professores portugueses em STP e da concessão de bolsas para a frequência de cursos do ensino superior em Portugal e STP**
- **O apoio ao ES é feito através: do envio de professores, para leccionar no Liceu e no ESPQ e no IDF, da formação de professores (através do apoio ao ISP); da elaboração de programas (ESPQ); e do envio de manuais escolares, equipamentos e material de apoio diverso (ESPQ)**
- **O apoio ao ensino secundário é complementar ao apoio do BM, através do PASS, no ensino básico. A colocação de professores portugueses tenta colmatar lacunas existentes no ensino secundário mas os seus efeitos no sistema de ensino são muito limitados. Os constrangimentos nacionais, ao nível do sistema de ensino (a inexistência de manuais escolares, a sobrelotação das turmas, a qualidade do ensino ministrado nos primeiros níveis) limitam os resultados nas 10ª e 11ª classes onde o apoio dos docentes portugueses se centra**
- **O ensino profissionalmente qualificante veio colmatar uma lacuna de formação nesta área, sendo ainda prematuro apreciar os seus efeitos**
- **As bolsas para frequência do ensino superior têm contribuído para a formação de quadros mas existem graves problemas com o não retorno dos bolseiros, que fragilizam a capacitação nacional**
- **As acções no âmbito da formação profissional traduzem-se no apoio ao Centro de Budo-Budo, com efeitos positivos na qualificação profissional de jovens e adultos**
- **Portugal é considerado um parceiro privilegiado para apoiar a reforma do ensino**

---

previstos apenas em três se obteve uma boa taxa de execução (Relatório de avaliação final do PAMEA, Abril de 2003), estando por fazer a sua avaliação.



### 3.4. Eficiência da ajuda ao sector da Saúde

*Até que ponto o apoio ao sector da saúde melhorou a igualdade e qualidade de acesso aos serviços básicos de saúde?*

#### 3.4.1 – Prioridades de STP

A ENRP define para a Saúde (pp. 23) a melhoria qualitativa do estado de saúde das populações e do respectivo bem-estar. A visão estratégica relativamente à problemática da saúde sustenta-se na Política Nacional de Saúde que reconhece a natureza social das prestações de saúde, enquanto um factor de desenvolvimento, de justiça social e de luta contra a pobreza. Caberá ao sistema nacional de saúde garantir a saúde da população são-tomense, através da formulação e execução de políticas que visem a redução de riscos de doenças e de outros agravos, do estabelecimento de condições que assegurem um acesso universal e equitativo às acções e serviços de promoção, protecção, recuperação e manutenção da saúde, tendo em atenção os factores determinantes e condicionantes desse estado de bem-estar.

O programa do XI Governo Constitucional fixou como objectivo fundamental da sua acção o acesso de toda a população são-tomense aos cuidados de saúde básicos e de boa qualidade. Para o efeito definiu três grandes eixos prioritários: i) Reforço institucional, organização e funcionamento do sector de saúde; ii) Alargamento e melhoria da rede de infra-estruturas de saúde, de acordo com a carta sanitária e; iii) Promoção, protecção da saúde e prestação dos cuidados de saúde e luta contra as doenças.

#### 3.4.2 – Apoio da CP

Portugal tem como objectivo central da sua política de cooperação a redução da pobreza, sendo a saúde uma área central nesse contexto. Promover as condições de saúde básica é uma condição essencial para a redução da pobreza.

A Cooperação Portuguesa na área da Saúde representou, nos últimos dois anos, cerca de 21% do total da ajuda (quadro 2) a STP. Esta cooperação foi desenvolvida, sobretudo, através do apoio ao projecto “Saúde para Todos” e ao Centro Hospitalar Dr. Ayres de Menezes (CHAM), o qual foi objecto de uma avaliação em 1999.<sup>24</sup> A prestação de cuidados

<sup>24</sup> Da avaliação realizada ao projecto do Centro Hospitalar, sobre o período 1996-99, resultou um conjunto



neste hospital não é muito diferenciada (nível secundário) o que obriga a que a prestação de cuidados terciários seja feita em Portugal, ao abrigo de um protocolo com a Direcção-Geral de Saúde (DGS). A “Prestação de Cuidados Médicos em Portugal” representa mais de 50% da ajuda ao sector da saúde (quadro 7). A este propósito refira-se que, de acordo com Santana (2006), a quota-parte de responsabilidade financeira do Governo português na evacuação e tratamento de doentes São-tomenses representou em termos médios, nos últimos cinco anos, cerca de 86,6% dos seus custos unitários totais (quadro 8).

Quadro 7 – Estrutura da Ajuda no Sector da Saúde<sup>25</sup>

	2005	%	2006	%	Total	%
<b>0 - SAÚDE (€)</b>	<b>2.520.706</b>	<b>100</b>	<b>1.794.399</b>	<b>100</b>	<b>4.315.105</b>	<b>100</b>
<b>121 - Saúde, geral</b>	<b>1.993.736</b>	<b>79</b>	<b>1.148.619</b>	<b>64</b>	<b>3.142.355</b>	<b>73</b>
00775 Prestação de cuidados médicos em Portugal - evacuação doentes	1.408.550	56	1.068.000	60	2.476.550	57
00776 Reforço Institucional: Centro Hospitalar de S. Tomé e Príncipe - (CHSTP)	585.186	23	80.619	4	665.805	15
<b>122 - Saúde básica</b>	<b>526.970</b>	<b>21</b>	<b>645.780</b>	<b>36</b>	<b>1.172.750</b>	<b>27</b>
01937 Hospitalizações - Assistência sanitária em Portugal	3.734	0	7.976	0	11.710	0
04230 Projecto Tripartido de controlo da malária Portugal/EUA/São Tomé e Príncipe.	19.644	1	73.564	4	93.208	2
06598 Educação para a Saúde materno-infantil na cidade das Neves (Lembá)			4.219	0	4.219	0
07268 Sistemas de abastecimento de água ao Hospital Central de S. Tomé	3.592	0			3.592	0
07405 ONG IMVF - Rede de Cuidados de Saúde Primários	500.000	20	500.000	28	1.000.000	23
07927 Estudos operacionais e genéticos sobre resistência a insecticidas em vectores da malária em S. Tomé e Príncipe			25.649	1	25.649	1
07933 Estrutura populacional e fluxo genético de parasitas da malária em ilhas			34.372	2	34.372	1

Fonte: IPAD/ DSP, 2007.

O apoio da CP articula-se com acções promovidas por outras instituições, como a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG). O Instituto de Higiene e Medicina Tropical tem desenvolvido esforços com vista ao desenvolvimento de um programa de Controlo da Malária e consequente organização de cuidados de saúde e formação nas áreas da entomologia e

de recomendações (pp. 55-63), que apontavam para a necessidade de no futuro ser necessário adoptar uma filosofia estratégica (áreas alvo), concepção e gestão completamente diferentes num novo projecto (pp. 56). Como novas áreas de intervenção a equipa de avaliação recomendava que fosse feita uma modificação profunda no domínio da cooperação no sector, abandonando a prestação directa de cuidados e atribuindo prioridade ao apoio às capacidades locais nas seguintes áreas: i) cuidados primários de saúde; ii) formação e valorização dos recursos humanos da saúde; iii) assistência técnica (reforço da capacidade institucional junto do MS).

Ao nível dos cuidados de saúde primários, a avaliação recomendou que se desse atenção à melhoria da cobertura, equidade e qualidade da sua prestação; que se incrementassem as acções de luta contra doenças evitáveis; se promovesse a saúde materno-infantil; se melhorasse o nível de educação sanitária da população; se melhorasse a protecção ambiental e se incrementasse o saneamento básico através da construção e protecção de fontanários, da construção de latrinas, da recolha, deposição e tratamento adequado de lixos e da drenagem de charcos de água; se reabilitassem e eventualmente construíssem infra-estruturas sanitárias (postos de saúde ou unidades de primeira linha de prestação de cuidados de saúde); se melhorasse a gestão das unidades de saúde (assistência técnica e formação) e se desenvolvesse e aperfeiçoasse o sistema de informação sanitário.

<sup>25</sup> Não inclui as actividades de cooperação desenvolvidas por ONG no sector da saúde e que foram apoiadas através da linha de co-financiamento das ONG (quadro 5).



epidemiologia médica, contando com a participação da cooperação Norte-americana e de Taiwan. A FCG tem apoiado, para além do projecto “Saúde para Todos”, um projecto de investigação sobre o paludismo na ilha do Príncipe.

Quadro 8 – Transferências de doentes São-tomenses para Portugal

Unid. Mon.: USD

Discriminação	2001	2002	2003	2004	2005
Nº de evacuações	400	367	363	277	256
Encargos Estado Português	1.265.320	1.347.055	1.833.876	1.697.858	1.359.014
Transferências OGE - Gab. Ministro	156.227	213.476	235.987	310.377	248.066
Custos Totais	1.421.547	1.560.531	2.069.863	2.008.235	1.607.081
Custos Unitário Governo Português	3.163	3.670	5.052	6.129	5.309
Custos Unitário STP	391	582	650	1.120	969
<b>Custos Unitário Total</b>	<b>3.554</b>	<b>4.252</b>	<b>5.702</b>	<b>7.250</b>	<b>6.278</b>

Fonte: Santana, 2006:49.

### 3.4.3 – Contributos para o sistema de saúde são-tomense

O projecto “Saúde para Todos” constitui a principal intervenção da CP na área da saúde em São Tomé e Príncipe,<sup>26</sup> com grande visibilidade e resultados alcançados que vão muito além do inicialmente previsto. Os seus objectivos, as actividades realizadas e áreas de intervenção bem como a integração das mesmas na rede de cuidados de saúde são relevantes e integram-se plenamente nas prioridades e necessidades identificadas pelas autoridades são-tomenses,<sup>27</sup> garantindo cuidados de saúde a 80% da população total.

Para além da prevenção e controle da morbi-mortalidade da população alvo, o projecto permitiu reduzir a afluência ao CHAM deixando-lhe espaço para se poder estruturar e responder de uma forma mais adequada ao seu papel como centro de referência de medicina assistencial em S. Tomé.<sup>28</sup>

<sup>26</sup> O Projecto dá continuidade ao trabalho anteriormente desenvolvido pelo IMVF com o projecto “Desenvolvimento Sustentado dos Cuidados Preventivos e Primários de Saúde”, iniciado em 1988, co-financiado pelo IPAD, e alarga simultaneamente a intervenção geográfica aos Distritos de Lobata, Lembá e Água Grande, para além de Mé-Zochi e Cantagalo. Só não estão abrangidos os Distritos de Caué e do Príncipe.

<sup>27</sup> O Projecto tem como objectivo geral a melhoria da qualidade e promoção da sustentabilidade dos cuidados preventivos e primários de saúde em S. Tomé e Príncipe. Para o efeito, actua na área dos cuidados preventivos e primários de saúde, através da criação de uma rede integrada de cuidados de saúde, contemplando também as vertentes de formação e capacitação dos técnicos e pessoal administrativo, reforço institucional, infra-estruturas, abastecimento de água e saneamento, bem como acções de informação e educação para a saúde, com uma cobertura de 80% da população do país. A atenção centra-se nos grupos mais vulneráveis: mulheres, crianças e doentes crónicos.

<sup>28</sup> É notória a redução da afluência às consultas externas, a algumas consultas de especialidade e às



A avaliação deste projecto, realizada em simultâneo com a do PIC (2005-07), permitiu confirmar que o projecto é relevante para a prestação dos cuidados de saúde básicos e para a luta contra a pobreza em STP. O Projecto é coerente com as outras iniciativas em curso no âmbito da saúde, quer da CP, quer de outros doadores. Relativamente a outros doadores existe complementaridade nas intervenções não havendo sobreposição de actividades.

Para além deste projecto, a CP apoiou o Hospital Central, através do envio de equipas de técnicos de saúde, em missões de média duração, e do abastecimento de medicamentos e equipamento de valências do Hospital. Este apoio começou muito antes do PIC em apreciação, envolvendo desde 1997 elevadas somas,<sup>29</sup> tendo sido interrompido no final de 2005.<sup>30</sup> Os efeitos deste apoio são visíveis ao nível dos equipamentos fornecidos e na formação dada aos técnicos de saúde que se mantêm no Hospital. A redução da incidência da malária e os efeitos do “Saúde para Todos” sobre o Hospital têm permitido ao CHAM ajustar-se à nova realidade, após uma fase inicial muito problemática.

A maior parte da ajuda à saúde (57%) destina-se à evacuação de doentes para hospitais portugueses, ao abrigo de um Protocolo com a DGS, para prestação de cuidados terciários inexistentes em STP (quadros 7 e 8). Durante o seu funcionamento, o apoio ao Centro Hospitalar não conseguiu reduzir as evacuações e, pela sua natureza, não é previsível que o “Saúde para Todos” possa ter efeitos a esse nível.

O apoio na área da saúde é complementado pelo co-financiamento de ONG, nomeadamente nas áreas da prevenção do HIV/SIDA, da educação para a saúde e da formação de agentes comunitários. Em 2005, foi concedido apoio à AMI,<sup>31</sup> para intervir no Distrito de Caué, nos cuidados básicos de saúde, sobretudo na luta contra o paludismo.

---

urgências, bem como a redução dos internamentos e da pressão sobre o laboratório de análises clínicas, factos que se devem não só à diminuição da incidência da malária mas, também, ao trabalho desenvolvido pelo projecto “Saúde para Todos” nos centros e postos de saúde. Em 2005, foram atendidos 40456 doentes e efectuadas 55014 análises nos centros e postos de saúde abrangidos pelo Projecto. Este aumento de capacidade reflectiu-se na redução da pressão sobre o laboratório do Hospital Central.

<sup>29</sup> Entre 1997 e 2001, eram orçamentados, e gastos, anualmente 300 mil contos. Entre 2002 e 2004 eram orçamentados 200 mil contos, e também gastos. Em 2005 foram orçamentados e gastos 150 mil contos.

<sup>30</sup> Na sequência de tensões e desentendimentos entre o Chefe da equipa e uma Missão médica portuguesa e os médicos do Hospital que conduziram ao fim do apoio.

<sup>31</sup> A AMI tem uma história de longa duração no Distrito de Caué (15 anos). Contudo, no entender do Delegado de Saúde deste Distrito não tem conseguido responder às prioridades mais importantes. Manifestou igualmente o interesse no alargamento do “Saúde para Todos” ao seu distrito, facto que mesmo mantendo-se a AMI não se traduz numa sobreposição de actividades, por terem campos de actuação bem distintos.



Em termos comparativos, o financiamento do “Saúde para Todos” emerge como mais eficaz e eficiente na promoção dos cuidados de saúde, com vantagens acrescidas relativamente ao apoio ao Centro Hospitalar, quer porque se destina aos cuidados básicos, fundamentais na luta contra a pobreza, quer porque é implementado por quadros locais, por uma ONG local, integrando-se no SNS, o que pode contribuir de forma mais substantiva para a promoção da apropriação e da sustentabilidade.

#### **3.4.4 – Equidade no acesso à saúde**

O projecto “Saúde para Todos” é aquele que tem produzido maiores resultados e efeitos na melhoria do acesso aos cuidados de saúde em STP. Dada a forma como está a ser implementado e os resultados alcançados até ao momento pode afirmar-se que há:

- Melhoria das infra-estruturas, equipamentos e materiais, essenciais ao reforço e desenvolvimento da rede sanitária em STP;
- Optimização das intervenções, dos serviços e dos produtos de base já existentes no âmbito da luta contra as principais doenças transmissíveis (doenças da pobreza);
- Melhoria e reforço das condições de abastecimento de água e saneamento do meio com vista a quebrar as cadeias de transmissão das doenças infecto-contagiosas e tropicais;
- Reforço da competência e da qualificação dos recursos humanos de saúde nos distritos abrangidos pelo projecto;
- Melhoria da operacionalidade e eficácia do sistema de saúde, ainda que a sustentabilidade técnica e financeira não seja previsível a médio prazo.

#### **Questão 4 – Síntese**

- **O apoio ao sector da saúde representou 21% do total da ajuda a STP, em 2005-06**
- **A CP centrou o seu apoio nas evacuações, no apoio ao Hospital Central e nos cuidados básicos de saúde, para além do co-financiamento da AMI no Caué**
- **A prestação de cuidados de saúde melhorou nos distritos abrangidos pelo projecto “Saúde para Todos”, facto que se repercutiu na redução da pressão sobre o Hospital Central**
- **As evacuações traduzem-se num grande esforço financeiro quer para STP quer para Portugal e têm efeitos negativos sobre as famílias**
- **O apoio ao Hospital Central foi interrompido no final de 2005. Os efeitos deste apoio são**

**visíveis ao nível dos equipamentos fornecidos e na formação dada aos técnicos de saúde**

- **A intervenção da AMI tem um carácter de ajuda humanitária à população do distrito mais carenciado do país**
- **De entre todas as intervenções apoiadas pela CP o projecto “Saúde para Todos” evidencia ser aquele que produz mais e melhores resultados, relativamente aos custos que representa**
- **Globalmente a igualdade e qualidade de acesso aos serviços de saúde melhorou com o apoio português**



### **3.5. Promoção da Boa Governação**

*Até que ponto o apoio português tem contribuído para a promoção da boa governação nas áreas que tem apoiado?*

#### **3.5.1 – Prioridades de STP**

A ENRP (pp. 25) identifica a Consolidação do Estado de Direito Democrático como uma das áreas importantes, entre os quais se inclui o “reforço do sistema e estruturas judiciais” visando promover a sua eficácia, a sua aproximação dos cidadãos vulneráveis e desprotegidos e a confiança dos cidadãos nos Tribunais independentes. A administração da justiça no quadro estratégico de redução da pobreza, deverá não só privilegiar a protecção dos direitos humanos fundamentais e garantir a segurança mas, também, contribuir para a promoção da igualdade dos cidadãos perante a lei, a luta contra a discriminação sexual, contra a violência de que são vítimas as mulheres e contra a corrupção.

Em STP é reconhecido que a ajuda global não poderá ter níveis de execução elevados, nem reflexos evidentes na redução da pobreza, se não existir um processo paralelo de reforço das capacidades centrais dos ministérios bem como da formação profissional. Isto implica apoio não só ao nível da gestão dos recursos financeiros mas, também, dos conhecimentos técnicos. É igualmente reconhecido que as acções de capacitação institucional, e especificamente de capacitação profissional, têm de ser formuladas na perspectiva da necessidade real dos beneficiários o que se irá traduzir num reforço das suas capacidades, por forma a terem uma verdadeira sustentabilidade.

#### **3.5.2 – Síntese das áreas apoiadas**

Nos PAC, a capacitação institucional, questão transversal à maioria dos projectos, é especificamente referida como objectivo das acções incluídas na rubrica “Boa Governação” (BG). Destaca-se o facto de vários projectos de assistência técnica ou capacitação institucional, que constam nos PAC sem fazerem parte de projectos de desenvolvimento mais alargados (onde a capacitação institucional é um resultado indirecto do próprio projecto), estarem a obter resultados pouco satisfatórios. Um dos exemplos diz respeito à verba do Protocolo de Assistência Técnica na área das Finanças Públicas, que não foi utilizada ao longo dos três PAC, apesar de STP ter carências técnicas na área da elaboração e gestão orçamental.





Em termos de execução, o apoio à BG tem um peso residual (15,2% do total) mas constituiu um importante contributo para a criação do Tribunal Constitucional e no apoio ao processo eleitoral. Algumas das actividades previstas em PAC não se concretizaram, não apenas pelas restrições orçamentais da CP e no processo de desbloqueamento das verbas no IPAD mas, também, pela indefinição da parte são-tomense e morosidade na resposta. Apesar da existência de diplomas legislativos produzidos no quadro desta cooperação, que correspondem às necessidades da actual sociedade são-tomense, a morosidade na sua aprovação tem também contribuído para a redução da sua eficácia.

Se o apoio à Boa Governança é uma das mais valias da CP, dada a matriz jurídica comum, na realidade a forma como tem estado a ser implementada, sobretudo através de pequenos projectos e acções, não tem registado idêntico empenhamento por ambas as partes. Entre os factores que explicam esta reduzida eficácia incluem-se:

- Falhas de comunicação entre financiadores e executores;
- Falta de interesse e/ou capacidade de resposta da contraparte;
- Acções de assistência técnica definidas numa perspectiva de curto prazo, sendo realizadas numa óptica de prestação de serviços, com problemas ao nível da apropriação e da replicação de competências.

### **3.5.3 - Justiça**

Na área da Justiça, no respeitante à formação de quadros são-tomenses, concluíram o Curso Normal de Formação de Magistrados, no Centro de Estudos Judiciários, em Lisboa, três auditores de justiça são-tomenses, nos anos lectivos 2004-05 e 2005-06.

Em termos de missões técnicas foram realizadas as seguintes:

- De assessoria jurídica a S. Tomé e Príncipe, em apoio da reforma dos Códigos Penal e de Processo Penal (concluídos os projectos, que aguardam aprovação), do Código Comercial e dos vários Códigos registrais.
- De assistência técnica e jurídica aos tribunais e à Procuradoria-Geral da República, por três vezes em 2005, com a participação, em cada uma delas, de dois magistrados judiciais, um magistrado do Ministério Público e dois oficiais de justiça.
- De assistência técnica aos serviços prisionais de São Tomé, por um Director de estabelecimento Prisional português, para levantamento das necessidades de formação e identificação das actividades a desenvolver naquela área.



- Para organização, acompanhamento e financiamento de acções de formação na área dos Registos e Notariados, por um Conservador e um Ajudante, em S. Tomé, durante um mês.
- Para realizar duas acções de formação sobre técnicas de investigação criminal, para Inspectores e Agentes da Polícia de Investigação Criminal de STP, em S. Tomé, ministradas por dois quadros superiores da Polícia Judiciária portuguesa.

A posição da tutela sobre a cooperação desenvolvida no sector da Justiça é de que tem havido problemas de identificação de prioridades. Apesar de alguns bons resultados, os meios investidos não têm correspondido aos resultados alcançados.

A reforma legislativa de STP tem constituído uma prioridade da CP na área da Justiça. Na área da formação, a posição oficial de STP é de que a formação é prioritária:

- Nas áreas do trabalho, administração, menores e famílias;
- Na área dos tribunais especializados, na medida em que estes deverão ser criados a breve trecho;
- Ao nível do tribunal constitucional;
- No apoio à polícia de investigação criminal.

#### **3.5.4 – Outras áreas**

**Apoio às eleições** – No quadro do PIC foi dado apoio à realização das eleições, traduzida em assistência técnica para a preparação, acompanhamento e supervisão dos três actos eleitorais que tiveram lugar em 2006 (legislativas, presidenciais e autárquicas). Para além deste apoio, da responsabilidade do STAPE, foi fornecido diverso material fundamental para o recenseamento eleitoral e realizada uma missão de observação eleitoral no quadro da CPLP. Acresce, ainda, o financiamento português ao processo eleitoral através do *Trust Fund* do PNUD.

O **apoio aos serviços centrais de alguns Ministérios** (por exemplo, Trabalho, Educação) e aos “serviços estatísticos” são exemplos de outros apoios à “Boa Governação” (incluídos quer no quadro 9, quer no quadro 10 - “outras infra-estruturas e serviços sociais”).



## Quadro 9 – Estrutura da Ajuda ao Governo e Sociedade Civil, 2005-2006

	2005	2006	Total	%
<b>TOTAL APD São Tomé e Príncipe - Sector Gov. e Sociedade Civil (€)</b>	<b>616.642</b>	<b>681.201</b>	<b>1.297.843</b>	<b>%</b>
<b>150 - GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL</b>	<b>616.642</b>	<b>681.201</b>	<b>1.297.843</b>	<b>100</b>
<b>151 - Governo e Sociedade Civil, geral</b>	<b>611.518</b>	<b>681.201</b>	<b>1.292.719</b>	
00297 Apoio na área das Comunicações Militares (3)	44.365	83.300	127.665	10
01254 Apoio aos Registos e Notariado	7.167		7.167	1
01271 Apoio aos Serviços Penitenciários	1.265		1.265	0
01459 Formação Local em Matéria de Fraude Documental (SEF)		3.711	3.711	0
01967 Programa de Cooperação Técnico-Policial (CTP) - Curso de Formação de Oficiais de Polícia (CFOP)	73.332		73.332	6
02209 Apoio ao processo eleitoral em São Tomé e Príncipe	42.611	142.781	185.392	14
02506 Bolsas de Formação Diplomática e Consular	12.306		12.306	1
02806 Protocolo de Assistência Técnica na área das finanças públicas	998		998	0
02941 Programa de Cooperação Técnico-Policial (CTP) - Oficial de Ligação junto da Embaixada	157.538	157.538	315.076	24
03955 Cooperação Institucional IGAE - Inspeção Geral das Actividades Económicas - com a IGAE de S. Tomé	4.133		4.133	0
05936 Assessoria técnico-jurídica ao Ministério da Justiça, ao Supremo Tribunal de Justiça e à Procuradoria Geral da República	25.638		25.638	2
06119 Bolsas para Segurança Interna	7.686	9.638	17.324	1
06385 Protocolos e Programas de Cooperação com Parlamentos homólogos e actividades desenvolvidas pelos Grupos Parlamentares de Amizade	74.506	93.680	168.186	13
06493 Apoio à Agência Noticiosa - STPPRESS	21.647		21.647	2
06782 Programa de Cooperação na Área da Justiça - FORMAÇÃO DE QUADROS - XXIV Curso de Formação de Magistrados no CEJ	38.696	8.904	47.600	4
06783 Formação de Quadros - Polícia de Investigação Criminal	40.755		40.755	3
06994 Programa de Cooperação na Área da Justiça - Assessorias jurídicas / técnicas	6.725	4.900	11.625	1
07134 Assistentes administrativos: introdução à administração pública	500		500	0
07135 Gestão do aprovisionamento	200		200	0
07136 Contabilidade pública	200		200	0
07137 Desenvolvimento gestão estratégica para reforço de mudança e inovação na administração pública (REFORMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - formação)	150		150	0
07138 Contabilidade digráfica - introdução à administração pública	100		100	0
07139 Enquadramento do plano oficial de contabilidade pública	100		100	0
07140 Prestação contas e responsabilidades financeiras de serviços com autonomia administrativa	100		100	0
07141 Regime jurídico da função pública	100		100	0
07142 Processamento de abonos e regalias sociais	125		125	0
07143 Seminário de alta direcção	400		400	0
07144 Auditoria das autarquias locais: tutela administrativa VS tutela jurisdicional	150		150	0
07145 Direcção e liderança	300		300	0
07146 Auditoria financeira	175		175	0
07147 Reorganização, inovação e criatividade nos serviços públicos	150		150	0
07148 Técnicas de secretariado	100		100	0
07149 Formação pedagógica de formadores	275		275	0
07408 Programa de Cooperação na Área da Justiça - Assistência Técnica na área da Justiça e Reformas Legislativas	44.219	13.259	57.478	4
07417 Capacitação dos Serviços Geográficos / Cadastrais	4.806	59.851	64.657	5
07687 Programa de Cooperação Técnico-Policial (CTP) - PSP - Alunos que frequentam o ISCPSP - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna da PSP.		71.540	71.540	6
07770 Acções de formação em Administração Pública no INA		5.938	5.938	0
07773 Trabalho técnico de revisão do estatuto da Função Pública de STP		9.185	9.185	1
07781 Visitas promovidas pelo Tribunal de Contas		3.191	3.191	0
07902 Programa de Cooperação na Área da Justiça - FORMAÇÃO DE QUADROS (XXV Curso Formação de Magistrados no CEJ)		2.226	2.226	0
07903 Assessorias Jurídicas e Técnicas - PIR PALOP 'Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Judiciários', e avaliação das actividades desenvolvidas no quadro do PAC de 2006 e a desenvolver no âmbito do futuro PAC.		4.453	4.453	0
07993 Aspectos de controlo da fronteira marítima (SEF)		3.063	3.063	0
07994 Aspectos de controlo da fronteira aérea (SEF)		3.063	3.063	0
08004 Apoio à polícia de migração - peças de fardamento (SEF)		980	980	0
<b>152 - Conflitos, paz e segurança</b>	<b>5.124</b>		<b>5.124</b>	<b>0</b>
07160 Doação de equipamento informático usado	5.124		5.124	0

Fonte: IPAD/DSP, 2007.



É, ainda, de referir que foram realizadas diversas missões/acções de identificação de necessidades sem que isso tenha resultado na concretização dos projectos/actividades identificados.

#### **Questão 5 – Síntese**

- **O apoio à promoção da BG traduziu-se principalmente no apoio aos sectores da Justiça e no apoio às eleições**
- **Algumas das actividades previstas em PAC não se concretizaram, não apenas pelas restrições orçamentais da CP mas, também, pela indefinição da parte são-tomense**
- **A morosidade da aprovação da legislação produzida no quadro da cooperação nesta área, bem como a morosidade na resposta e no processo de desbloqueamento das verbas na CP, reduzem a eficácia desta cooperação**
- **A morosidade na resposta e no processo de desbloqueamento das verbas na CP**
- **Em termos de execução o apoio à BG tem um peso residual (7% do total) mas constituiu um importante contributo para a criação do Tribunal Constitucional e no apoio ao processo eleitoral**
- **A grande diversidade de actores e/ou interlocutores e a grande dispersão por pequenas acções (a par da deficiente identificação/concepção dos projectos, e da limitação ao curto prazo), dificultam a sua execução e coordenação, resultando igualmente numa muito reduzida visibilidade**



### 3.6. Reforço da Rede de Protecção Social

*Em que medida o apoio português à rede de protecção social contribui para reforçar o apoio às populações mais carenciadas?*

#### 3.6.1 – Síntese do apoio

O apoio da CP na área social é desenvolvido em grande parte pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), em articulação com Ministério do Trabalho e com a Santa Casa de Misericórdia (SCM) de STP, e é constituída por projectos integrados de combate à exclusão social que actuam sobre diversas dimensões do desenvolvimento humano e da pobreza. Na elaboração dos projectos e à semelhança de outras intervenções, o MTSS segue os seguintes princípios e linhas de orientação:

- *Utilização de recursos locais* – sempre que existam, em detrimento de recursos expatriados. A SCM de STP é coordenadora e executora de algumas actividades – tem um conhecimento privilegiado e uma grande proximidade com as populações. Gere 19 projectos, a maioria com início anterior a 2005. No período correspondente à actual avaliação, os novos projectos centraram-se no apoio à infância e juventude, na melhoria habitacional, na criação de um fundo de medicamentos das Forças Armadas, no microcrédito e na promoção de actividades locais visando a criação de emprego, a comercialização de produtos “da terra” e a melhoria dos níveis de educação e preservação ambiental. A filosofia da cooperação assenta na perspectiva de que os projectos devem ser implementados por entidades locais com vista a diminuir a dependência face ao doador, apostando na sua real participação (são elas que definem as necessidades, que gerem os projectos, que apresentam resultados), sendo os únicos casos em que organizações da sociedade civil são referidas nos PAC como entidades executoras.
- *Sustentabilidade* – dando apoio à criação de condições para que os projectos se tornem progressivamente sustentáveis e envolventes, num processo de apropriação pelos seus beneficiários. A implementação por parte de congregações religiosas é, na perspectiva do MTSS, uma garantia de continuidade dos projectos, uma vez que estas organizações sem fins lucrativos estão em permanência no terreno. As acções asseguram uma forte ligação à comunidade, o que promove o sentido de apropriação. Em termos financeiros,



verificam-se algumas evoluções positivas, como o facto de o Governo de STP compartilhar algumas despesas de bens e serviços.

A promoção da capacidade de gerar receitas ou rendimento a utentes no desenvolvimento dos próprios projectos pode ser igualmente um elemento importante para garantir a sua continuação e sustentabilidade. A esse propósito, refira-se o exemplo da actividade ligada à confecção de roupa no Lar S. Francisco, em Neves. Contudo, as condições para assegurar uma sustentabilidade plena em termos financeiros estão ainda longe de ser asseguradas, pelo que se prevê que o apoio a estes projectos continue a ser necessário a médio prazo. Um aspecto menos positivo destes projectos diz respeito ao facto de, não obstante serem definidos em conjunto com as autoridades são-tomenses e até sugeridos por estas, se revestirem ainda de uma natureza de “enclave”, não estando devidamente absorvidos pelo tecido social local.

*Flexibilidade* – quer na implementação, quer no desenvolvimento dos projectos, adaptando-se à realidade.

Neste âmbito, há que fazer referência ao projecto “Intervenção Social na Ilha do Príncipe – Pague II” que tem como objectivo minorar as dificuldades que os grupos mais carenciados da Ilha (idosos e crianças) enfrentam no seu quotidiano. As várias valências deste projecto incluem o apoio quer a crianças com dificuldades de aprendizagem, quer a idosos (domiciliário e centro de dia), passando pela gestão de um Centro de Reabilitação e Fisioterapia e de um Centro de Actividades Ocupacionais para crianças com deficiência. Integra igualmente uma componente de formação, quer de técnicos de saúde, quer das pessoas que participam no apoio domiciliário aos idosos, e desenvolve uma estreita articulação com o hospital do Príncipe, seja através da obrigatoriedade de uma prescrição médica do hospital para utilização dos serviços de fisioterapia, seja pelo facto de aquela unidade hospitalar ser responsável pela prestação de cuidados de saúde aos idosos apoiados pelo projecto.

Importa referir que, em paralelo aos projectos referidos, estava previsto um pacote de apoio aos serviços do Ministério do Trabalho, Emprego e Solidariedade Social de STP, que não teve execução em 2005 e 2006.



Quadro 10 – Estrutura da Ajuda às Outras Infra-estruturas e Serviços Sociais, 2005-2006

	2005	2006	Total	%
<b>TOTAL APD São Tomé e Príncipe - Sector Outras Inf. e Serv. Sociais (€)</b>	<b>1.422.856</b>	<b>566.921</b>	<b>1.989.777</b>	
<b>160 - OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS</b>	<b>1.422.856</b>	<b>566.921</b>	<b>1.989.777</b>	<b>100</b>
<b>16010 - Serviços sociais</b>	<b>793.933</b>	<b>67.601</b>	<b>861.534</b>	<b>43</b>
02611 Outras despesas - Missões do Departamento de Cooperação	44.681	11.924	56.605	3
05422 Desenvolvimento de uma rede de Protecção Social em São Tomé e Príncipe - Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe	744.000		744.000	37
05423 Apoio aos serviços do Ministério (MTES - Min. Trabalho, Emprego e Solidariedade)	5.252	2.728	7.980	0
07599 Intervenção social na Ilha do Príncipe		52.949	52.949	3
<b>16020 - Política de emprego e gestão administrativa</b>	<b>366.703</b>	<b>336.528</b>	<b>703.231</b>	<b>35</b>
00810 Centro de Formação Profissional de São Tomé (Budo Budo)	366.703		366.703	18
06826 Projecto Integrado de Emprego e Formação Profissional de São Tomé e Príncipe		336.528	336.528	17
<b>16061 - Cultura e lazer</b>	<b>217.291</b>	<b>155.606</b>	<b>372.897</b>	<b>19</b>
00747 Centro Cultural Português de São Tomé e Pólo no Príncipe	173.200	83.646	256.846	13
01010 Infra-estruturas e equipamento desportivo		1.997	1.997	0
01012 Documentação e informação		300	300	0
03289 Feira do Livro/Mostra do Livro	13.538		13.538	1
04114 Apoio a Iniciativas Institucionais e da Sociedade Civil (actividades culturais)	854		854	0
05623 Mediateca de S. Tomé e Príncipe /Programa Activação Rede de Mediatecas STP	10.536		10.536	1
05894 RBL - Feira do Livro Português	7.129		7.129	0
06358 RBL - Revitalização dos Arquivos Históricos Nacionais de STP	11.838	40.322	52.160	3
07049 Bens Culturais	196	750	946	0
07600 Arquivo Histórico da Região do Príncipe		28.591	28.591	1
<b>16062 - Serviços estatísticos</b>	<b>44.929</b>	<b>7.186</b>	<b>52.115</b>	<b>3</b>
00385 Apoio Institucional na área das Estatísticas - São Tomé e Príncipe	12.314		12.314	1
02068 Difusão de Estatísticas - São Tomé e Príncipe	5.120		5.120	0
02072 Projecto comum sobre Classificações, Conceitos e Nomenclaturas - São Tomé e Príncipe	24.233	2.190	26.423	1
05246 Operações Estatísticas de Base - São Tomé e Príncipe	3.093		3.093	0
06082 PIR PALOP II - Projecto complementar português - Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOP - São Tomé e Príncipe	169	1.951	2.120	0
06489 Programa Estatístico da CPLP -São Tomé e Príncipe		3.045	3.045	0

Fonte: IPAD/DSP, 2007.

### 3.6.2 – Contributos para a redução da pobreza

Pelas suas características, os projectos nesta área inserem-se directamente na luta contra a pobreza, apoiando os grupos mais desfavorecidos e fragilizados da população: idosos, mulheres e crianças órfãs. Ao prestar este apoio, a CP está directamente a contribuir para a melhoria das condições de vida e de bem-estar de uma parcela de população que vive nos níveis mais baixos de pobreza, ajudando, em alguns casos, a criar uma autonomia de rendimento, através do microcrédito.



#### **Questão 6 – Síntese**

- **O apoio prestado no quadro do PIC tem sido desenvolvido, sobretudo, através de entidades são-tomenses (lideradas por técnicos portugueses), coordenadas pela Santa Casa da Misericórdia, no apoio aos grupos mais vulneráveis, embora os níveis de apropriação e sustentabilidade sejam muito limitados**
- **Este apoio tem-se traduzido na criação de lares e centros de dia para idosos, equipamentos sociais para crianças e jovens, na criação de cozinhas sociais, no apoio à geração de rendimentos e no apoio educativo**
- **Os resultados são notórios nas populações alvo, melhorando significativamente a sua qualidade de vida e contribuindo para a redução da pobreza**





### 3.7. Harmonização e Alinhamento

*Em que medida o PIC contribui para a harmonização e o diálogo com STP e com os outros doadores?*

Tal como foi referido na questão 1, o processo de elaboração do PIC, e respectivos PAC, assentou num diálogo entre os dois Governos numa procura de convergência entre as disponibilidades portuguesas e as necessidades de STP, estando, no essencial alinhado com as prioridades são-tomenses.

A preocupação relativamente à harmonização, na elaboração do PIC em apreço não transparece de forma explícita, preocupação que, no quadro da Declaração de Paris, se tornou entretanto uma questão central na definição das estratégias de cooperação entre parceiros.

O PIC, e respectivos PAC, serviram de referência ao trabalho de partilha de informação promovido no quadro das mesas redondas de doadores (em Dezembro de 2005 e de 2006) mas estas mais não fizeram do que confirmar à posteriori as intervenções de cada doador.

No quadro da CP, não existe uma plataforma ou mecanismo sistematizado de actuação em STP com a participação dos diversos actores, que permita a identificação de convergências, oportunidades de parceria e aproveitamento de sinergias, evitando simultaneamente as possibilidades de sobreposição e/ou duplicação de esforços. A complementaridade só é conseguida de forma *ad-hoc* e fortuita, muitas vezes com base em relacionamentos informais entre organizações ou como fruto de contactos pessoais.

As autoridades portuguesas presentes em STP conhecem todas as intervenções da CP mas não têm promovido qualquer processo de coordenação/articulação. Elucidativo desta realidade é o facto de ter sido no quadro da presente avaliação que todos os actores portugueses a trabalhar no sector da saúde em STP se sentaram pela primeira vez à mesma mesa verificando-se o mesmo em relação a outras entidades presentes no terreno. Apesar disso, não há sobreposição de actividades podendo afirmar-se que existe alguma complementaridade nas intervenções, quer do sector da educação, quer da saúde.

Relativamente à cooperação não-governamental, as ONG portuguesas presentes em STP são poucas, com intervenção micro-localizada, agindo junto de públicos-alvo específicos e



em zonas geográficas bem delimitadas. Deste modo, torna-se difícil a coordenação entre si, embora no geral elas manifestem o desejo da existência de mecanismos de troca de conhecimentos e de coordenação mais estruturados com as autoridades portuguesas. A coordenação com as ONG são-tomenses é feita através das reuniões da Federação das Organizações Não-Governamentais (FONG).

Ao nível do sector da saúde, a intervenção do projecto “Saúde para Todos” é complementar com o apoio dado ao CHAM e à evacuação de doentes para Portugal. Por outro lado, nas actividades do Instituto de Higiene e Medicina Tropical e da FCG ambas na área da Malária, em São Tomé e na Ilha do Príncipe, não há sobreposição mas poderão ter visibilidade se articuladas e harmonizadas entre si e com as restantes intervenções da CP.

Para além das duas mesas redondas de doadores realizadas, não existem mecanismos formais de articulação e coordenação de toda a ajuda. Ao nível multilateral, e no quadro da reforma do Sistema das Nações Unidas, o PNUD tem a tarefa de coordenar a ajuda das agências do Sistema e promover a harmonização dos respectivos ciclos de programação (2008-2011). Este esforço não existe ao nível da CE e dos Estados-Membros da UE, o qual poderia ser liderado por Portugal, sobretudo nos sectores da educação e da saúde.

Actualmente, o Governo de STP encontra-se empenhado em contrariar a existência de uma multiplicidade de projectos de assistência técnica não coordenados entre si e muitas vezes impostos ou sugeridos pelos doadores, o que não contribui para a coerência da actuação governamental nem para o alinhamento com as suas prioridades. Para evitar as duplicações entre doadores e corresponder de forma mais adequada às reais necessidades do executivo são-tomense, foi recentemente criado o Gabinete de Coordenação da Ajuda,<sup>32</sup> que carece agora de operacionalização contando para o efeito com o apoio do PNUD.

#### **Questão 7 – Síntese**

- **No quadro do PIC tem havido coordenação entre os sectores de STP e os seus homólogos portugueses**
- **O PIC promove o diálogo político com STP, traduz um encontro de vontades entre os dois países e garante alguma previsibilidade da ajuda**
- **Ao nível dos doadores, para além da participação nas mesas redondas, os**

<sup>32</sup> Decreto nº 8/2007, de 14 de Fevereiro.



**esforços de coordenação e complementaridade são incipientes ainda que o PIC seja o documento orientador desse diálogo pela parte portuguesa**



### 3.8. Efeitos

*Tendo em conta as acções nas diversas áreas, que efeitos têm sido observados, como têm sido alcançados, quais foram as condições de sucesso e em que medida há lições que se possam aplicar noutros países parceiros?*

#### 3.8.1 – Apreciação global

Em termos teóricos, na detecção dos efeitos, as primeiras formulações têm a ver com a mudança social gerada pela acção de um actor interno ou externo e da sua relação com as populações alvo. O primeiro passo é encontrar um *meio de prova* que certifique esses efeitos. No caso de STP e dado o *modelo* predominante de financiamento ser o “projecto”, a apreciação global é dificultada, na medida em que os resultados alcançados e os efeitos previsíveis variam consideravelmente entre sectores e dentro do mesmo sector.

No que diz respeito às acções no sector da **Saúde**, os efeitos mais visíveis na melhoria dos níveis de saúde da população abrangida derivam dos resultados alcançados pelo projecto “Saúde para Todos”, iniciado em 2005 mas com antecedentes que reportam aos finais da década de 80. Nessa perspectiva, e em termos gerais, pode afirmar-se que aquele projecto está a produzir efeitos, de curto prazo, ao nível da:

- Melhoria dos indicadores de saúde (redução da mortalidade infantil e materna; aumento da taxa de cobertura de vacinação);
- Melhoria da saúde preventiva e curativa nas populações dos distritos abrangidos (alargamento a novas áreas);
- Melhoria da capacidade técnica do pessoal dos Centros e Postos de Saúde (maior capacidade técnica, nomeadamente laboratorial);
- Melhoria das condições de trabalho nos Centros e Postos, bem como das condições de acesso para os utentes (ar condicionado, televisão, água canalizada, geradores, transporte dos funcionários);
- Reforço da capacidade institucional dos Centros e Postos de Saúde (formação *on job* e modelo de gestão descentralizado);
- Redução da pressão sobre o Hospital Central Dr. Ayres de Menezes sendo prematuro afirmar que o Projecto produz efeitos na redução das evacuações para Portugal;
- Melhoria da capacidade institucional do MS, ao nível distrital.



Quanto ao sector de **Acção Social**, os resultados são visíveis em termos físicos (a construção e a recuperação dos edifícios onde funcionam as estruturas da rede social) e em termos sociais com repercussões previsíveis ao nível económico (projecto OSSOBÔ), social (os lares, habitação, cozinhas sociais, etc.) e educativo (o apoio sócio-educativo a crianças em risco; os apoios escolar e juvenil; bibliotecas, etc.) com todas as implicações ao nível do bem-estar das populações. As intervenções neste sector, e dados os vários factores em jogo, indiciam efeitos na promoção da qualidade de vida e bem-estar das populações abrangidas.

Nos sectores da educação e da justiça, os efeitos das acções são menos visíveis. Na **Educação**, no ensino secundário, os efeitos são residuais, com maior probabilidade de serem alcançados no ensino profissionalmente qualificante (a experiência é ainda muito recente apesar de haver bons indícios de sucesso escolar e aceitabilidade) e menos no envio de professores cooperantes. Em matéria de apoio ao ensino superior, que absorve grande parte dos recursos, os efeitos são muito difíceis de identificar, reflexo da “fuga de cérebros”.<sup>33</sup>

Na **Justiça**, como já foi afirmado, a maior parte das actividades previstas em PAC não se realizam apenas pelas restrições orçamentais e atrasos da CP mas, também, pela indefinição são-tomense, sendo os efeitos directos sentidos no apoio à vivência do regime democrático implantado no país. O carácter micro e a multiplicidade das intervenções dificultam igualmente a identificação de efeitos na promoção da Boa Governança, bem como de visibilidade da CP.

### 3.8.2 – Condições de sucesso

Entre os factores que no decorrer da avaliação se puderam identificar como potenciadores do sucesso da CP com STP destacam-se:

- Forte capacidade de liderança por parte de quem está a coordenar os projectos no terreno;
- Envolvimento de quadros nacionais;
- Diálogo estreito entre homólogos;
- Definição clara de objectivos e resultados a alcançar;
- Acompanhamento sistemático e regular;
- Flexibilidade de implementação, ajustando-se ao contexto;

---

<sup>33</sup> Acresce que se têm vindo a sentir efeitos negativos não previstos na concessão de bolsas por parte de instituições de ensino portuguesas, como referido no ponto 3.3.2 D1.



- Autonomia financeira das entidades financiadoras;
- Identificação clara dos interlocutores são-tomenses e seu envolvimento de forma estreita e participativa na implementação dos projectos.

Pelo contrário, entre os factores limitadores do sucesso das intervenções incluem-se:

- A inércia e burocracia por parte das autoridades, quer são-tomenses, quer portuguesas;
- A má definição dos projectos – sem objectivos claramente definidos e sem plano de implementação;
- As restrições orçamentais e cortes em alguns projectos;
- As tensões entre as partes (CHAM, SCM).

#### **Questão 8 – Síntese**

- **Os efeitos ao nível macro são difíceis de detectar quando a abordagem é muito centrada nos projectos**
- **Os efeitos ao nível sectorial são visíveis na saúde e na protecção social e mais difíceis de identificar na educação**
- **As condições de sucesso prendem-se com os casos em que há forte capacidade de liderança e envolvimento directo de são-tomenses (exemplos disso verificam-se no projecto “Saúde para Todos”, na Protecção Social e no Ensino Profissionalmente Qualificante)**
- **Noutras áreas, factores como a inércia/indefinição das entidades locais limitam o sucesso (exemplo da Justiça)**
- **Problemas de morosidade/burocracia, em STP e em Portugal, bem como as restrições orçamentais na CP, limitaram o alcançar dos resultados em vários projectos (Finanças, Justiça e *Cluster*)**



## 4. Conclusões

### 4.1. Concepção do PIC e dos PAC

4.1.1. O texto do PIC transmite essencialmente uma declaração de intenções, na qual se verifica a inexistência de uma série de elementos importantes para a futura materialização da programação em planos anuais de cooperação (PAC), nomeadamente:

- Não são justificadas as razões que conduziram à escolha daqueles eixos prioritários e não de outros, seja em termos das capacidades específicas portuguesas de resposta às necessidades são-tomenses, seja em termos de vantagens comparativas relativamente à actuação de outros doadores;
- Dentro de cada eixo, não é justificado o facto de a actuação portuguesa incidir sobre determinadas acções ou subáreas, e não outras;
- O eixo de Acções Complementares não é explicitado, funcionando como repositório de projectos de continuidade relativamente aos eixos prioritários;
- Não existe uma definição clara de alguns conceitos (por exemplo, o que se entende por Boa Governança) que possam enquadrar as prioridades e clarificar o entendimento sobre cada área de actuação;
- Não é apresentado um plano com objectivos e metas a atingir em cada um dos eixos de intervenção, que possam balizar e orientar a escolha posterior dos projectos a integrar em PAC;
- O planeamento financeiro por sectores é meramente indicativo e muito fluido, apresentando-se o montante global para o triénio (41 milhões de euros), distribuído por montantes variáveis para cada um dos anos;
- Não figuram quaisquer indicadores quantitativos ou qualitativos que permitam fazer o posterior acompanhamento e gestão centrada nos resultados;
- O horizonte temporal muito alargado da ENRP de STP (até 2015) não permitiu um alinhamento temporal do PIC.

4.1.2. Os PAC são negociados, anualmente, ao nível político. Este facto contém aspectos considerados como negativos, nomeadamente:

- A exigência de uma negociação política representa um esforço adicional em termos financeiros, de tempo e de recursos humanos, quer da parte portuguesa, quer da



parte são-tomense, reduzindo a concentração de esforços na execução e no alcançar de resultados do que está acordado;

- A negociação política anual dos PAC resulta, em alguns casos, numa assinatura tardia dos mesmos (no caso do PAC 2006 em Março, e no PAC 2007 em Maio daqueles anos), o que atrasa, em alguns casos, a execução dos projectos (por exemplo, os projectos no sector da Justiça).

**4.1.3.** A maior parte dos projectos de cooperação inscritos nos três PAC são de médio ou longo prazo enquanto a lógica de aprovação anual é contrária à execução de projectos plurianuais.

**4.1.4.** Não existem regras claras de classificação dos projectos, nem um entendimento comum sobre a natureza de cada eixo, o que resulta em discrepâncias de estrutura e designação dos projectos nos vários PAC e na sua inserção em eixos diferenciados.

**4.1.5.** Nos PIC e nos PAC estão implícitos os objectivos de contribuir para o desenvolvimento económico e social de STP e para a redução da pobreza, definida como aspecto central da estratégia de desenvolvimento do país.

**4.1.6.** A inserção de questões transversais é omissa. Não existe qualquer referência geral à incorporação da igualdade de género nos PAC.

## **4.2. Modalidades de Financiamento**

**4.2.1.** A CP tem-se caracterizado por uma preponderância clara da abordagem projecto. A abordagem projecto não se revelou, contudo, a mais adequada quer devido às reduzidas taxas de execução de alguns projectos, quer aos problemas de implementação que acabam por afectar a qualidade e oportunidade das acções.

**4.2.2.** A definição clara e detalhada dos documentos dos projectos, o acompanhamento regular e o envolvimento estreito da parte são-tomense estão entre os factores que contribuem para a elevada taxa de execução dos projectos. A autonomia financeira da entidade financiadora é outro factor que permite maior rapidez e flexibilidade na aplicação dos fundos.

**4.2.3.** O co-financiamento de ONG foi uma modalidade de financiamento pouco utilizada (8,1% em 2005 e 4,5% em 2006).

**4.2.4.** A taxa de execução mede apenas a realização das actividades previstas e não o nível de obtenção de resultados. Na maioria dos casos os projectos não têm indicadores de





execução e/ou de resultados que permitam fazer uma gestão centrada nos resultados. Não existe, em termos genéricos, uma relação directa entre os objectivos propostos no PIC e nos PAC e os propósitos das actividades e projectos inseridos nos PAC (o caso da “Agricultura” cujos projectos foram inseridos nos PAC 2005 e 2006 com uma taxa de execução de 0%).

### **4.3. Educação e Formação**

**4.3.1.** O apoio português no sector da Educação inscrito no PIC 2005-2007 incide na melhoria do sistema de ensino, centrando-se predominantemente no envio de professores para colmatar necessidades no ensino secundário liceal, no ensino secundário profissionalmente qualificante, no reforço da língua portuguesa, no desenvolvimento do ensino técnico-profissional, bem como na formação superior de estudantes são-tomenses, através da atribuição de bolsas.

**4.3.2.** O envio de professores resolve problemas de carências pontuais mas não contribui para a resolução dos problemas estruturais do sistema de ensino. Entre as lacunas/problemas destacam-se:

- O desconhecimento da realidade são-tomense por parte dos professores contratados, requerendo formação inicial sobre a realidade sócio-cultural bem como informação sobre os programas que vão leccionar;
- A incidência da acção no último ciclo do sistema de ensino, quando os principais problemas se colocam nos níveis anteriores;
- Os projectos centrados na leccionação, quando é necessário actuar de forma concertada nos outros níveis (p. e., capacitação científico/pedagógica dos professores são-tomenses, a par de uma redução do envio de professores portugueses).

**4.3.3.** O retorno de quadros formados no exterior, à semelhança do que acontece na grande maioria dos países receptores de ajuda, põe-se em STP de uma forma premente atingindo uma percentagem de 90% de quadros que não regressam ao país.

**4.3.4.** O contributo da CP para a formação profissional traduz-se no desenvolvimento de acções de formação profissional e de emprego adaptadas à realidade sócio-económica de STP, o que tem contribuído consideravelmente para a qualificação de muitos jovens e adultos.



#### **4.4. Saúde**

- 4.4.1.** O projecto “Saúde para Todos” constitui a principal intervenção da CP, na área da saúde em São Tomé e Príncipe, com grande visibilidade e resultados alcançados que vão muito além do inicialmente previsto. Os seus objectivos, as actividades realizadas e áreas de intervenção bem como a integração das mesmas na rede de cuidados de saúde são relevantes e integram-se plenamente nas prioridades e necessidades identificadas pelas autoridades são-tomenses, garantindo cuidados de saúde a 80% da população total.
- 4.4.2.** A maior parte da ajuda portuguesa ao sector da saúde (57%) destina-se à evacuação de doentes para hospitais portugueses, ao abrigo de um Protocolo com a DGS, para prestação de cuidados terciários inexistentes em STP.
- 4.4.3.** O apoio na área da saúde é complementado pelo co-financiamento de ONG, nomeadamente nas áreas da prevenção do HIV/SIDA, da educação para a saúde e da formação de agentes comunitários.

#### **4.5. Boa Governação**

- 4.5.1.** Em termos de execução, o apoio à BG tem um peso residual (7% do total) mas constituiu um importante contributo para a criação do Tribunal Constitucional e no apoio ao processo eleitoral. Algumas das actividades previstas em PAC não se concretizaram, não apenas pelas restrições orçamentais da CP e morosidade na resposta e no processo de desbloqueamento das verbas no IPAD mas, também, pela indefinição da parte são-tomense.
- 4.5.2.** A grande diversidade de actores e/ou interlocutores e a grande dispersão por pequenas acções (a par da deficiente identificação/concepção dos projectos e da limitação ao curto prazo), dificultam a sua execução e coordenação, resultando igualmente numa muito reduzida visibilidade.

#### **4.6. Protecção Social**

- 4.6.1.** O apoio da CP na área social é constituído por projectos integrados de combate à exclusão social e da pobreza. A elaboração desses projectos assenta em 3 princípios fundamentais: utilização de recursos locais, procura de sustentabilidade e flexibilidade na implementação.



4.6.2. Apesar dos resultados serem notórios nas populações alvo, melhorando significativamente a sua qualidade de vida e contribuindo para a redução da pobreza, os níveis de apropriação e sustentabilidade são muito limitados.

#### **4.7. Harmonização**

4.7.1. No quadro da CP, não existe uma plataforma ou mecanismo sistematizado de actuação em STP com a participação dos diversos actores, que permita a identificação de convergências, oportunidades de parceria e aproveitamento de sinergias, evitando, simultaneamente as possibilidades de sobreposição e/ou duplicação de esforços. A complementaridade só é conseguida de forma *ad-hoc* e fortuita, muitas vezes com base em relacionamentos informais entre organizações ou como fruto de contactos pessoais.

4.7.2. Relativamente à cooperação não-governamental, as ONG portuguesas presentes em STP são poucas, com intervenção micro-localizada, agindo junto de públicos-alvo específicos e em zonas geográficas bem delimitadas. No geral, estas organizações manifestam o desejo da existência de mecanismos de troca de conhecimentos e de coordenação mais estruturados com as autoridades portuguesas.

4.7.3. Ao nível multilateral, e no quadro da reforma do Sistema das Nações Unidas, o PNUD tem a tarefa de coordenar a ajuda das agências do Sistema e promover a harmonização dos respectivos ciclos de programação (2008-2011). Este esforço não existe ao nível da CE e dos Estados-Membros da UE.

4.7.4. Para evitar as duplicações entre doadores e corresponder de forma mais adequada às reais necessidades do governo são-tomense, foi recentemente criado o Gabinete de Coordenação da Ajuda, que carece de operacionalização.

#### **4.8. Efeitos e Condições de Sucesso**

4.8.1. No sector da Saúde, os efeitos são mais visíveis na melhoria dos níveis de saúde da população abrangida, em consequência dos resultados alcançados pelo Projecto “Saúde para Todos”.

4.8.2. No sector de Acção Social, os resultados são visíveis quer em termos físicos (a construção e a recuperação dos edifícios onde funcionam as estruturas da rede social) quer em termos sociais com repercussões previsíveis ao nível económico (projecto OSSOBÔ), social (os



lares, habitação, cozinhas sociais, etc.) e educativo (o apoio sócio-educativo a crianças em risco; os apoios escolar e juvenil; bibliotecas, etc.), indiciando efeitos na promoção da qualidade de vida e bem-estar das populações abrangidas.

**4.8.3.** Na Educação, no ensino secundário, os efeitos são residuais, com maior probabilidade de serem alcançados no profissionalmente qualificante; no ensino superior, que absorve grande parte dos recursos, os efeitos são muito difíceis de identificar, reflexo da “fuga de cérebros”.

**4.8.4.** Na Justiça, a maior parte das actividades previstas em PAC não se realizaram não apenas pelas restrições orçamentais e atrasos da CP mas, também, pela indefinição são-tomense; o carácter micro e a multiplicidade das intervenções dificultam igualmente a identificação de efeitos na promoção da boa governação, bem como da visibilidade da CP.

**4.8.5.** Factores potenciadores do sucesso:

- Forte capacidade de liderança, por parte de quem está a coordenar os projectos no terreno;
- Envolvimento de quadros nacionais;
- Diálogo estreito entre homólogos;
- Definição clara de objectivos e resultados a alcançar;
- Acompanhamento sistemático e regular;
- Flexibilidade de implementação, ajustando-se ao contexto;
- Autonomia financeira das entidades financiadoras;
- Identificação clara dos interlocutores são-tomenses e seu envolvimento de forma estreita e participativa na implementação dos projectos.

**4.8.6.** Constrangimentos:

- A inércia e burocracia por parte das autoridades, quer são-tomenses, quer portuguesas;
- A má definição dos projectos – sem objectivos claramente definidos e sem plano de implementação;
- As restrições orçamentais e cortes em alguns projectos.



## 5. Recomendações

Das conclusões decorre um conjunto de recomendações, com destinatários específicos. Algumas recomendações são específicas para o IPAD enquanto outras são extensíveis a outros actores da CP. À frente de cada recomendação está(ão) identificado(s) o(s) respectivo(s) destinatário(s):

### 5.1. À Cooperação Portuguesa:

- Centrar a acção num reduzido número de sectores/áreas de intervenção, apostando naquelas em que constitui valor acrescentado na promoção do desenvolvimento de STP: educação, saúde e boa governação, dando uma atenção particular à fase de concepção das intervenções, com objectivos, recursos, resultados e indicadores de progresso devidamente identificados (**IPAD+ Ministérios Sectoriais**);
- Eliminar os PAC e definir o novo PIC tendo por base a gestão centrada nos resultados, cumprindo uma rigorosa programação financeira (envelope financeiro, objectivos e indicadores claramente definidos) (**IPAD**);
- Reforçar o processo de identificação e concepção dos projectos, bem como de identificação e selecção criteriosa dos parceiros e/ou executores (**IPAD**);
- Dar maior previsibilidade à ajuda, definindo um novo Programa de Cooperação com um horizonte temporal mais alargado (2008-2011) e com um envelope financeiro plurianual (**Governo**);
- Apostar em programas integrados e articulados com outros doadores, em detrimento dos projectos, nomeadamente no sector da educação, e, no quadro do reforço dos mecanismos de coordenação entre doadores ponderando a hipóteses de avançar gradualmente para a abordagem sectorial integrada (SWAP), potenciando os diversos financiamentos bem como a capacidade de gestão interna (**toda a CP**);
- Promover um maior envolvimento e articulação com as autoridades de STP, quer na programação, quer na implementação, para potenciar a apropriação e a sustentabilidade (**IPAD**);
- Promover uma maior articulação e complementaridade com outros actores portugueses, potenciando sinergias (**IPAD + restantes actores da CP**);
- Reforçar a equipa local e o acompanhamento no terreno (**IPAD**);
- Aumentar a visibilidade da CP, no terreno, em todas as áreas de intervenção sectorial bem como em acções que promovam a língua e a cultura portuguesa, nomeadamente



através da devida identificação nos locais de implementação das intervenções e dos meios de comunicação social (incluindo rádios e televisões de Portugal) (**Toda a CP**);

- Assumir um papel activo no processo de harmonização da ajuda, promovendo mecanismos de coordenação, pondo simultaneamente em prática o 8º princípio dos “Principles for Good International Engagement in Fragile States”<sup>34</sup> (por exemplo, dinamizando reuniões sectoriais de doadores; promovendo mecanismos de articulação e consulta mútua, etc.) (**IPAD e Embaixada**);
- Diversificar os instrumentos de ajuda reduzindo o peso da abordagem projecto apostando em programas e abordagens mais inovadoras, como a bi-multi e a abordagem sectorial integrada (**IPAD**);
- Repensar a cooperação no sector da Educação, investindo na formação pós-graduada em Portugal, na concepção bolsas internas no quadro do desenvolvimento do Ensino Superior em STP e bolsas para formação superior no quadro da CPLP, tirando partido das mais valias de cada Membro, e no apoio à formação dos professores são-tomenses para dar capacitação em Língua Portuguesa (**IPAD + Ministério da Educação + ICA**);
- Na Saúde, reforçar o apoio aos cuidados básicos de saúde, alargando-o a todo o país, retomando o apoio ao CHAM, em moldes muito bem definidos entre as partes (**IPAD + Ministério da Saúde + ONG**);
- De forma complementar às três áreas centrais de intervenção, promover uma estratégia de actuação na área da agricultura/desenvolvimento rural, tendo por base o documento de estratégia para o sector e as necessidades/prioridades de STP (**IPAD + Ministério da Agricultura**).

## 5.2. Às Autoridades São-tomenses:

- Maior envolvimento na definição do novo ciclo de programação e, posteriormente, maior envolvimento e assumpção dos compromissos assumidos no quadro do programa de cooperação acordado com Portugal;
- Liderar o processo de coordenação e complementaridade dos actores da cooperação, operacionalizando o Gabinete de Coordenação da Ajuda;
- Agilizar o processo de aprovação de legislação, fundamental para a promoção da boa governação e da consolidação do Estado de direito;

---

<sup>34</sup> Acordar mecanismos práticos de coordenação entre os actores internacionais.  
<https://www.oecd.org/dataoecd/43/48/38293448.pdf>



- Reforçar a formação de professores nos níveis de ensino onde existem maiores carências;
- Promover uma estratégia de desenvolvimento na área da agricultura/desenvolvimento rural.



## Anexos

### Anexo 1 – Termos de Referência

#### AVALIAÇÃO A MEIO PERCURSO DO PROGRAMA INDICATIVO DE COOPERAÇÃO PORTUGAL – SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (2005-2007)

##### 1. Enquadramento

A cooperação bilateral entre Portugal e os seus principais parceiros tem sido desenvolvida, nos últimos anos, no quadro dos Programas Indicativos de Cooperação (PIC) assinados para um período de três anos. Os PIC enquadram a cooperação a desenvolver entre Portugal e cada um dos países e estabelecem as linhas de força que vão reger o contributo português para o desenvolvimento económico e social do país parceiro.

Nos últimos anos, Portugal tem-se mantido como principal contribuinte da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) concedida internacionalmente a São Tomé e Príncipe (STP), sendo igualmente um dos principais parceiros em Investimento Directo Externo (IDE).

Nos nossos dias, a cooperação com STP tem sido desenvolvida, ao nível bilateral, através do Programa Indicativo de Cooperação (PIC) executado com base nos Planos Anuais/Acção de Cooperação (PAC), reflectindo as prioridades estabelecidas e acordadas entre ambos os países com vista à prossecução do desenvolvimento sustentado de STP.

O PIC para o triénio 2005-2007 foi assinado em Dezembro de 2004, com um envelope financeiro indicativo de 41 milhões de euros. Tendo em consideração a estratégia de desenvolvimento definida por S. Tomé e Príncipe e os princípios e linhas de acção da cooperação portuguesa, foram identificados, nesse documento, como eixos principais de intervenção: (i) a valorização dos recursos humanos e capacitação técnica e; (ii) o apoio ao reforço dos serviços e infra-estruturas básicas para além de outras acções complementares.

##### 2. Objectivos, Princípios e Âmbito da Avaliação

A presente Avaliação a Meio Percurso tem como **objectivos**:

- Fornecer informação relevante à CP em geral, e ao IPAD em particular, sobre a programação e implementação da cooperação com STP que permita tomar decisões sobre a programação futura;





- Conhecer o desempenho o PIC de S. Tomé e Príncipe, no seu contributo para o alcançar dos objectivos de desenvolvimento de STP;
- Identificar lições e propor recomendações para a reorientação da estratégia do PIC.

Os **princípios** orientadores da Avaliação são os definidos no PIC, nomeadamente para escolha e acompanhamento das acções.

#### **Âmbito** da Avaliação:

- A relevância, lógica e coerência do PIC e sua consistência com a Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza de S. Tomé e Príncipe;
- Tendo por base os objectivos, a avaliação deve produzir lições relevantes e recomendações para o futuro PIC, centrando a atenção nos eixos: (i) valorização dos recursos humanos e capacitação técnica (ensino profissionalizante, formação profissional, capacitação institucional e assistência técnica), e; (ii) apoio ao reforço dos serviços de infra-estruturas básicas (rede de protecção social).

### **3. Questões da avaliação**

A Avaliação deverá ter sempre em conta os critérios internacionais de avaliação (relevância, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade), acrescidos da coerência e do valor acrescentado da CP. A avaliação será organizada à volta de um conjunto de questões específicas, podendo cada uma delas abordar mais do que um critério. As questões devem cobrir as seguintes áreas:

- Concepção e relevância do PIC
- Processo de implementação do PIC, tendo em conta o contexto de STP e os recursos da CP
- Alcançar dos objectivos principais
- Eficiência das intervenções: quem realmente beneficiou, directa ou indirectamente, da ajuda portuguesa; grau de envolvimento dos parceiros na implementação dos projectos
- Papel dos actores não-governamentais na implementação do PIC
- Coerência da CP
- Coordenação e complementaridade da ajuda dentro da CP e com outros doadores
- Questões transversais: género, ambiente, Direitos Humanos, reforço de capacidades
- Sustentabilidade do PIC e seus projectos



- Efeitos do PIC.

#### **4. Recomendações**

A Avaliação deverá listar as recomendações especificamente relevantes para a Cooperação Portuguesa em São Tomé e Príncipe, expor causas e explicar razões para os sucessos ou fracassos e contribuir para tornar a Ajuda portuguesa mais relevante, eficaz, eficiente e sustentável.

#### **5. Metodologia**

A avaliação deverá realizar-se de acordo com os princípios orientadores reconhecidos internacionalmente apelando a métodos participativos e integrando os detentores de interesses mais relevantes. A metodologia a adoptar terá em atenção a especificidade de São Tomé e Príncipe enquanto “Estado frágil”. A avaliação deverá também incluir um estudo documental realizado no IPAD e noutros Ministérios, entrevistas com as entidades envolvidas em Portugal e em São Tomé e Príncipe e visitas a actividades seleccionadas naquele país africano. Os potenciais utilizadores da avaliação (IPAD, Ministérios e Embaixada, bem como autoridades são-tomenses envolvidas) deverão participar no planeamento e execução da Avaliação em diálogos frequentes com a equipa e em *workshop* e/ou seminários se considerados necessários.

#### **6. Fases da Avaliação**

A avaliação inclui três fases:

- A primeira, de trabalho de gabinete,
- A segunda, de deslocação ao terreno, e;
- A terceira, de elaboração do relatório final.

Os aspectos que a seguir se apresentam não pretendem ser exaustivos, competindo à equipa que realizar este estudo aprofundar os critérios propostos e sugerir novos objectivos bem como abordagens complementares.

##### **6.1 Trabalho de Gabinete**

A fase de trabalho de gabinete consistirá na recolha e análise de informação relevante que tenha sido produzida durante o período em estudo que possa ser obtida quer no IPAD e noutros Ministérios, quer através de entrevistas com representantes dos actores portugueses envolvidos.



## **6.2 Trabalho de Campo**

Os objectivos do trabalho de campo são: confirmar ou modificar as conclusões obtidas na fase de gabinete, aprofundar alguns aspectos previamente identificados, bem como investigar e analisar outros aspectos que venham a ser levantados face à realidade encontrada no terreno.

Deverão ser coligidos dados que consubstanciem o relatório final, nomeadamente recorrendo a entrevistas com o pessoal responsável pelas diversas actividades, i.e., consultores, representantes dos ministérios, autoridades locais e comunidades, instituições relevantes, investigadores, doadores mais importantes, etc.

## **6.3 Relatório Final**

O relatório final (conteúdo indicativo em anexo), deverá conter essencialmente uma apreciação de implementação do PIC, dos resultados e efeitos obtidos ao longo do período em análise, bem como recomendações quanto ao prosseguimento do modelo de programação (PIC) e respectivas modalidades (sectores, tipos de ajuda).

A versão preliminar deste relatório deverá ser apresentada e discutida na presença do maior número possível de detentores de interesse.

## **7. Plano de Trabalho**

A avaliação decorrerá em 2007, com o seguinte calendário:

- Fase documental até Junho
- Trabalho de campo em Junho
- Relatório final *draft* em Julho
- Versão final do relatório em Julho

## **8 Composição da Equipa**

A Avaliação é realizada por uma equipa do IPAD, integrando 2 técnicos da UA e o técnico da DSBILI que acompanha o país.



## Anexo 2 – Organismos / pessoas entrevistadas

### Em Lisboa

Instituição	Local	Data	Pessoas presentes	Cargo que desempenham
IMVF	IPAD	18/5/07	Ahmed Zaky	Director
	Sede, em Lisboa	6/6/07	Gonçalo Marques Ilda Teles	Técnicos
IPAD	Sede, em Lisboa	18/5/07	Inês Rosa Isabel Couto	Vice-Presidente Directora da DS BIL I
Fundação Calouste Gulbenkian	Sede em Lisboa	28/5/07	Maria Hermínia Cabral Maria Carvalhosa	Responsáveis pela cooperação da FCG na área da saúde Técnica Responsável por STP
Direcção-Geral de Saúde – Ministério da Saúde de Portugal	Sede, em Lisboa	28/5/07	Deolinda Cruz Cecílio Rocha	Técnicos Responsáveis pela Cooperação
Fundação Calouste Gulbenkian	Sede, em Lisboa	4/6/07	Margarida Abecassis	Técnica Responsável pela cooperação da FCG na área da educação
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Sede	31/5/07	Teresa Requeijo José Revêz Inês Faria Teresa Coelho	Directora do Gab. De Cooperação Técnico Técnica Técnica
Ministério da Educação	IPAD	1/6/07	Maria Angélica Idália Silva Luisa Lourenço	

### Em STP

Instituição	Local	Data	Pessoas presentes	Cargo que desempenham
Projecto Saúde para todos	Sede do projecto	24/06	Ahmed Zaki António Lima Edgar Neves	Director IMVF Coordenador Geral do Projecto Presidente do Conselho

<b>Instituição</b>	<b>Local</b>	<b>Data</b>	<b>Pessoas presentes</b>	<b>Cargo que desempenham</b>
Embaixada de Portugal em S. Tomé	Residência oficial	24/06	Fernando Ramos Machado Vasco Seruya Catarina Paes Duarte	Embaixador de Portugal em S. Tomé Encarregado de Negócios Assessora da Cooperação
Trabalho e Protecção Social	Embaixada de Portugal	25/6	Teresa Ribeiro  Maria Manuel Silva Padre Domingos Carneiro	Chefe do Centro de Formação do Budo-Budo Directora da SCM Provedor da SCM
Ministério do Trabalho	Ministério do Trabalho	25/6	Maria do Cristo Carvalho Carlos Menezes Cintia Lima	Ministra do Trabalho Chefe de Gabinete Directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Cooperação
ONGD	Embaixada de Portugal	25/6	Ivo Saruga Daniela Vieitas  Edgar Neves Mahadevi Badraam Manuela Castro	Chefe de Missão da AMI Representante dos Leigos para o Desenvolvimento Coordenador Geral do Projecto, IMVF Coordenadora são-tomense da FCJ Coordenadora são-tomense dos Médicos do Mundo
Ministério da Defesa de Portugal	Embaixada de Portugal	25/6	Fernando Franco Facada César Fonseca Barreira Paulo Martins Pinto	Adido da Defesa Coronel, Director técnico de projecto Capitão de Infantaria, Dir. Téc. Proj. Tenente Sargento-chefe
Ministério da Justiça	Ministério da Justiça	25/6	Justino Veiga Cláudia Menezes	Ministro da Justiça Chefe de Gabinete
Projecto IMVF	Sede do projecto	25/6	António Lima Edgar Neves Ahmed Zaky	Responsáveis pelo Projecto "Saúde para Todos"
Ministério da Saúde	Ministério da saúde	26/6	Arlindo Carvalho Juliana Nobre	Ministro da Saúde Chefe de Gabinete
Projecto IMVF	Sede do projecto	26/6	Julieta Espírito Santo	Directora do Projecto
Ministério das Finanças	Ministério das Finanças	26/6	Maria dos Santos Tebus  Agostinho Quaresma Zeferino Ceita	Vice-Primeira Ministra e Ministra das Finanças Chefe de Gabinete Gabinete de Assessoria
	Embaixada de Portugal	26/6	Filomena Monteiro	Delegado de Saúde dos Distrito de

<b>Instituição</b>	<b>Local</b>	<b>Data</b>	<b>Pessoas presentes</b>	<b>Cargo que desempenham</b>
			Carlos d'Almeida Manuel Tomeirinho Gilberto Frota Amadeu Maia António Lima Edgar Neves Ahmed Zaqui	Lobata Delegado de Saúde dos Distrito de Cantagalo Delegado de Saúde dos Distrito de Lembá Delegado de Saúde dos Distrito de Água Grande Delegado de Saúde dos Distrito de Mé-Zochi Presidente do Conselho Coordenador Geral do Projecto Director IMVF
Ministério dos Negócios Estrangeiros	MNE	26/6	Oscar Sousa Francisco Fernandes Fernando Ramos Machado	Ministro da Defesa Director-Geral da Cooperação Embaixador de Portugal
Ilha do Príncipe		27/6	José Cassandra Fernando Ramos Machado Vasco Seruya Maria Teresa Requeijo José Revês Maria Manuel Silva	Presidente do Governo Regional Embaixador de Portugal Encarregado de Negócios Missão do MTSS Missão do MTSS Directora da SCM
Projecto Saúde Centros e Postos de Saúde	Neves Guadalupe Santo Amaro Diogo Vaz	28/6		
CHAM	CMAM	28/6	Pascoal Fonseca d'Apresentação	Director do CHAM
Ministério das Obras Públicas	Ministério das Obras Públicas	28/6	Conceição Almeida Gualter Amado	Directora do Lab. De Eng. Civil Gabinete de Cooperação do MOP
Projecto Saúde Centros e Postos de Saúde	Trindade Madalena Bombom Praia Gambôa	29/6		
Workshop sobre o Projecto da saúde	Centro Cultural Português	29/6		
Hospital de Caué	Caué	30/6	Ivo Saruga	Chefe da Missão da AMI

<b>Instituição</b>	<b>Local</b>	<b>Data</b>	<b>Pessoas presentes</b>	<b>Cargo que desempenham</b>
			Sónia Gonzales	Médica ao serviço da AMI
Iô Grande	Posto Sanitário	30/6		
Praia Pesqueira	Posto Comunitário	30/6		
Monte Mário	Posto Comunitário	30/6		
Ministério da Educação	Direcção do Ensino Secundário, Técnico e Superior	2/7	Jorge Boa Morte de Ceita Costa Carlos José Carlos Aragão	Director do Ensino Secundário, Técnico e Superior Chefe do Departamento de Bolsas Coordenador Nacional do Ensino Profissionalmente Qualificante
Liceu Nacional	Liceu Nacional	2/7	Pascoal Vaz Conceição Madalena Cardoso	Director do Liceu Professora cooperante
	Sede da OMS	2/7	Claudina Cruz	Ex-Ministra da Saúde
OMS	Sede da OMS	2/7	Pierre Kahozzi Caudina Cruz	Representante da OMS em STP Técnica da OMS
ME		2/7	Ayres Bruzaca de Menezes	Responsável pelo PASS
Instituto Superior Politécnico	ISP	3/7	Lúcio Pinto Manuel Penhor Alzira Rodrigues	Presidente do ISP Professor Professor e responsável pela Área Académica
IDF	IDF	3/7	Lúcia Azevedo Manuel António Santos Isaura Carvalho	Directora Bispo de STP Directora Pedagógica
Direcção do Ensino Secundário Técnico e Superior	Direcção do Ensino Secundário Técnico e Superior	3/7	José Carlos Aragão	Coordenador Nacional do Ensino Profissionalmente Qualificante
Delegado de Saúde de Caué	Embaixada de Portugal	3/7	Américo Pinto Luisa Xavier	Delegado de Saúde Técnica de Laboratório
Coordenador Português	Centro Cultural Português	3/7	Carlos Almeida	Coordenador do PAES
Professores Portugueses	Centro Cultural Português	3/7	Isabel Barbosa Ana Maria Rato Anabela Esteves André Freitas António Coelho Bárbara Marques Dinorá Santos	Professores cooperantes

<b>Instituição</b>	<b>Local</b>	<b>Data</b>	<b>Pessoas presentes</b>	<b>Cargo que desempenham</b>
			Elisabete Luís Joana Nunes João Paulo Pereira Joaquim Costa Mafalda Machado Marcos Pereira Maria Madalena Cardoso Marta Gomes Paulo Gonçalves Petra Fernandes Sandra Beirão Sandra Meia-Onça Vânia Canteiro Carlos Almeida	
Ministério da Educação	Ministério da Educação	4/7	Maria de Fátima Almeida  Fernando Ramos Machado Nuno Vaz	Ministra da Educação, Cultura, Juventude e Desporto Embaixador de Portugal em S. Tomé Adido para a Cooperação
Ministério da Saúde	Ministério da Saúde	4/7	Juliana Ramos Anastácio de Menezes  Nuno Vaz	Chefe de Gabinete Director do Planeamento e Finanças do MS Adido da Cooperação Portuguesa
Ministério dos Negócios Estrangeiros	MNE	4/7	Francisco Fernandes Adosinda Américo Viegas Nuno Vaz	Director-Geral da Cooperação Área Portugal da DGC Sector bilateral da DGC Adido da Cooperação Portuguesa
Ministério da Educação	Ministério da Educação	4/7	Jorge Bom Jesus	Ex-Ministro da Educação e
PNUD	Sede do PNUD	4/7	Artur Viegas António Daio	Encarregado do escritório do PNUD Chefe de operações do programa do PNUD
ICA	Bairro da Cooperação	4/7	Fernando Silva	Leitor do ICA
	Centro Cultural Português	6/7	Anexo 3	
Santa Casa da Misericórdia	Lar D. Simôa Godinho	6/7		





## CALENDÁRIO DA MISSÃO DO IPAD

23 de Junho a 7 de Julho

Horas	24 de Junho Domingo	25 de Junho 2ª feira	26 de Junho 3ª feira	27 de Junho 4ª feira	28 de Junho 5ª feira	29 de Junho 6ª feira	30 de Junho Sábado	2 de Julho 2ª feira	3 de Julho 3ª feira	4 de Julho 4ª feira	5 de Julho 5ª feira	6 de Julho 6ª feira
08:15h		Teresa Ribeiro M <sup>a</sup> Manuel Padre Domingos		Ida ao Príncipe	Visitas a postos e centros do projecto							
08:30h					Santo Amaro				ISP			
09:00h	IMVF		Ministério da Saúde		Guadalupe	Quime Quime (abastecimento de água)	Santana	D. E.B.S.T S				Workshop PIC
09:30h	↓					Madalena						
10:00h	↓	Ministério do Trabalho					Água Izé		IDF	Ministério da Educação		
10:30h	↓		Dra Julieta (IMVF)	Gov. Regional do Príncipe	Neves	Trindade	Ribeira Afonso					
11:00h	↓		Ministério das Finanças		Lar em Neves da SCMSP/MTSS	Bombom	Protecção de Nascente	Liceu		Arquivo Histórico de STP		
11:30h	↓	ONG (AMI, Leigos, FCJ, MM e IMVF)			↓	Praia Gamboa				Dr. Juliana Dr. Anastácio de Menezes		
12:00h	↓			Centro de Dia Santo António	Diogo Vaz		Hospital de Caué		Coord.Sant do Profiss. Qualificante			
12:30h	↓	Adido de Defesa (12:45)	Representantes do IMVF e 5 Delegados de Saúde		Abastecimento de Água e Latrinas – Ribeira Funda							



Horas	24 de Junho Domingo	25 de Junho 2ª feira	26 de Junho 3ª feira	27 de Junho 4ª feira	28 de Junho 5ª feira	29 de Junho 6ª feira	30 de Junho Sábado	2 de Julho 2ª feira	3 de Julho 3ª feira	4 de Julho 4ª feira	5 de Julho 5ª feira	6 de Julho 6ª feira
13:00h	↓								Delegado de Saúde de Caué (13.30)			
14:00h												
14:30h			Ministério dos Negócios Estrangeiros					Claudina Cruz		Direcção Geral de Cooperação		
15:00h		Ministério da Justiça			Director do Hospital Central	Workshop Saúde p Todos		Dr. Pierre Kahozzi (OMS)				
15:30h							Iô Grande e Praia Pesqueira	Dr. Bruzaca de Menezes (PASS)				
16:00h		IMVF (16.30)			Ministério das Obras Públicas (16.45)		Monte Mário	Jantar em casa do Embaixador	Coord. PAES	Dr. Jorge Bom Jesus		Lar D. Simôa Godinho
16.30h										PNUD		
17.00h									Professores Portugueses			
21.00h											Leitor de Português	



## **Anexo 3 – Questões da Avaliação**

As questões foram identificadas tendo em consideração:

- 1 A análise das actuais prioridades e objectivos da Cooperação Portuguesa
- 2 A análise do PIC de STP
- 3 A discussão com os serviços de acompanhamento da implementação do PIC

As **questões da avaliação** são as seguintes:

### **1. Em que medida a concepção do PIC apoia a estratégia de crescimento e combate à pobreza de STP?**

- 1.1 Como foi concebido o PIC
- 1.2 Análise comparativa das áreas e sectores prioritários
- 1.3 Análise comparativa dos objectivos do PIC e da estratégia de STP
- 1.4 Alinhamento com a actual estratégia de STP
- 1.5 Coerência com as políticas portuguesas

### **2. Em que medida e como é que as modalidades de financiamento do PIC contribuem para o alcançar dos objectivos da estratégia nacional de redução da pobreza de STP?**

- 2.1 Apoio através de projectos
- 2.2 Apoio através de ONGD
- 2.3 Necessidades de reprogramação
- 2.4 Comparação das modalidades em termos de custos de transacção
- 2.5 Comparação das modalidades em termos de previsibilidade
- 2.6 Comparação das modalidades em termos de mecanismos de implementação
- 2.7 Comparação das modalidades em termos de contribuição para a redução da pobreza
- 2.8 Sinergias e as vantagens comparativas das intervenções da cooperação portuguesa relativamente a outros doadores internacionais
- 2.9 Grau de visibilidade da cooperação portuguesa

### **3. Tendo em conta as acções nas diversas áreas, que efeitos têm sido observados, como têm sido alcançados, quais foram as condições de sucesso e em que medida há lições que se possam aplicar noutros países parceiros?**

- 3.1 Disponibilidade de informação sobre os efeitos
- 3.2 Factores que explicam o sucesso

- 3.3 Nível de apropriação do projecto pelos beneficiários locais
  - 3.4 Contribuição para o reforço da capacidade institucional
  - 3.5 Nível de sustentabilidade tecnológica e/ou económica e/ou financeira
  - 3.6 Efeitos ambientais
  - 3.7 Reflexos na promoção da igualdade de género
  - 3.8 Coordenação com outros doadores, otimizando sinergia e evitando duplicações
  - 3.9 Efeitos previstos e não previstos
  - 3.10 Resultados e efeitos ocorridos nas áreas transversais (ambiente, género, direitos humanos, boa governação)
- 4. Em que medida o apoio português ao sector da educação e formação contribui para a formação dos recursos humanos e para a existência de serviços eficazes que beneficiem as pessoas e as instituições são-tomenses?**
- 4.1 Apoio português
  - 4.2 Apoio de outros doadores
  - 4.3 Contribuições para a eficiência da educação
  - 4.4 Acesso à educação
  - 4.5 Equidade no acesso à educação
  - 4.6 Calendário de implementação (recursos e actividades)
  - 4.7 Resultados produzidos
  - 4.8 Nível de envolvimento dos parceiros na implementação dos projectos
  - 4.9 Promoção da sustentabilidade
  - 4.10 Coordenação com outros doadores, otimizando sinergias e evitando duplicações
  - 4.11 Efeitos previstos e não previstos
  - 4.12 Resultados e efeitos ocorridos nas áreas transversais (ambiente, género, direitos humanos, boa governação)
- 5. Até que ponto o apoio ao sector da saúde melhorou a igualdade e qualidade de acesso aos serviços básicos de saúde?**
- 5.1 Apoio português
  - 5.2 Apoio de outros doadores
  - 5.3 Contribuições para a eficiência da saúde
  - 5.4 Acesso à saúde básica
  - 5.5 Equidade no acesso aos cuidados de saúde primários
  - 5.6 Calendário de implementação (recursos e actividades)
  - 5.7 Resultados produzidos

- 5.8 Nível de envolvimento dos parceiros na implementação dos projectos
  - 5.9 Promoção da sustentabilidade
  - 5.10 Coordenação com outros doadores, optimizando sinergia e evitando duplicações
  - 5.11 Efeitos previstos e não previstos
  - 5.12 Resultados e efeitos ocorridos nas áreas transversais (ambiente, género, direitos humanos, boa governação)
- 6. Até que ponto o apoio português tem contribuído para a promoção da boa governação nas áreas que tem apoiado?**
- 6.1 Apoio português
  - 6.2 Capacitação dos recursos humanos
  - 6.3 Capacitação institucional
  - 6.4 Promoção da sustentabilidade
  - 6.5 Resultados e efeitos ocorridos em áreas transversais (ambiente, género, direitos humanos, boa governação)
- 7. Em que medida o apoio português à rede de protecção social contribui para reforçar o apoio às populações mais carenciadas?**
- 7.1 Apoio português
  - 7.2 Acesso à rede de protecção social
  - 7.3 Condições das populações mais carenciadas
  - 7.4 Equidade no acesso à rede de protecção social/redução da pobreza
  - 7.5 Promoção da sustentabilidade
  - 7.6 Resultados e efeitos ocorridos em áreas transversais (ambiente, género, direitos humanos, boa governação)
- 8. Em que medida o PIC contribui para a harmonização e o diálogo com STP e com os outros doadores?**
- 8.1 Coordenação
  - 8.2 Complementaridade
  - 8.3 Visibilidade da cooperação portuguesa
  - 8.4 Vantagens comparativas



Áreas dos TdR	Questões da avaliação							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Concepção e relevância do PIC	X	X						
Alcançar dos principais objectivos	X		X	X	X		X	X
Processo de implementação do PIC		X	X	X	X	X	X	X
Eficiência das intervenções				X	X	X	X	
Papel dos actores não-governamentais					X			
Coordenação e complementaridade				X	X	X	X	X
Questões transversais				X	X	X	X	X
Sustentabilidade				X	X	X	X	
Efeitos do PIC		X		X	X	X	X	

Critérios de avaliação	Questões da avaliação							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Relevância	X	X						
Eficácia			X	X	X	X	X	X
Eficiência				X	X	X	X	X
Efeitos/impacto			X	X	X	X	X	X
Sustentabilidade			X	X	X	X	X	
Coerência	X							
Valor acrescentado		X		X	X	X	X	X

## **Anexo 4 - Presenças nos *workshop***

**Em S. Tomé**

**Workshop de Avaliação do Programa Indicativo de Cooperação (2005-2007)**

**06 de Julho de 2007, 09:00 – Centro Cultural Português**

<b>Nome</b>	<b>Instituição/Cargo</b>
Adozinda Almeida	MNEC Comunidades
Aires Bruzaca de Menezes	Projecto PASS/Finanças
Américo Pinto	Delegado de Saúde de Caué
Ana Isabel Barbosa	Professora Cooperante
Anabela Esteves	Professora Cooperante
Anastácio Soares	Comando Geral da Polícia
André Ferreira Freitas	Professor Cooperante
Argentino Vangente	DRNE (Responsável do Sector Técnico)
Arlindo Carvalho	Ministro da Saúde
Armindo Bonfim	Ministério da Saúde
Armindo Silva	Ministério da Defesa e Ordem Interna
Arnete Vigoca de Sousa	Ministério da Administração Pública
Carlos M. T. Almeida	Coordenador Programa PAES
Catarina Paes Duarte	Assessora para a Cooperação Portuguesa
Cíntia Lima	M.T.S.M.F/Cooperação
Daniela Vieitas Lima	Leigos para o Desenvolvimento/Representante
Deolinda Trindade	DRNE
Domingas Renner Cardoso	Directora da DAF-MAPREAT
Edgar Neves	Projecto Saúde Para Todos/Coordenador
Eduardo Bento	Responsável Projecto 2/Portugal
Elisabete Luís	Professora Cooperante
Felisberto Segundo	Ministério da Defesa e Ordem Interna
Fernando Lima Trindade	Direcção Serviços Geográficos e Cadastrais
Fernando Nunes da Silva	Instituto Camões
Fernando Ramos Machado	Embaixador de Portugal em S. Tomé
Fernando Sousa Júnior	GEP/MTSS
Gelsa Vera Cruz	Direcção Geral do Ambiente
Geraldo Viana	Ministério do Trabalho

<b>Nome</b>	<b>Instituição/Cargo</b>
Gualter Amado	Ministério Obras Públicas e Infra-estruturas
Heitor Cardoso	Director Projecto 04 – Embaixada de Portugal em São Tomé
Heliodoro Pires Quaresma	Direcção Serviços Geográficos e Cadastrais
Isaque Bragança Gomes	Ministério Recursos Naturais e Ambiente
Ivo Saruga	Fundação AMI/Chefe de Missão
João Carlos F. L. Nascimento	Ministério da Administração Pública
Juliana Ramos	M.S./Gabinete Ministro (Directora)
Justino Veiga	Ministro da Justiça
Leonel Pinheiro	Ministério da Justiça
Mahadevi Badraam	Fundação da Criança e da Juventude
Manuel António Santos	Bispo da Diocese de São Tomé
Manuel V. Trovoada	Governo Regional do Príncipe
Manuela Castro	Médicos do Mundo
Maria de Fátima Sousa Almeida	Ministra da Educação, Cultura, Juventude e Desporto
Maria de Jesus Mandinga Sojandja	Ministério do Trabalho, Solidariedade, Mulher e Família
Maria Manuel Silva	Directora Executiva Santa Casa Misericórdia STP
Maria Teresa Requejo	Directora Cooperação MTSS
Miguel Veiga	Fundação da Criança e da Juventude
Nuno Vaz	Adido para a Cooperação
Padre Domingos	Santa Casa/Provedor
Padre José Alves	Missão Católica Claretiana
Paulo Gonçalves	Professor Cooperante
Sandra Meia-Onça	Professora Cooperante
Silvério Almeida Fonseca	Direcção Serviços Geográficos e Cadastrais
Tenente-coronel Óscar Sousa	Ministro da Defesa e Ordem Interna
Vasco Seruya	Primeiro Secretário da Embaixada de Portugal
Wilson Bragança	Ministério Planeamento e Finanças





**Em Lisboa**  
**Workshop de Avaliação do Programa Indicativo de Cooperação (2005-2007)**

**27 de Julho de 2007, 09:00 – Fundação Cidade de Lisboa**

<b>Nome</b>	<b>Instituição/Cargo</b>
Ahmed Zaky	IMVF/Director
Ana Barreto	MFAP/GPEARl
Ana Oliveira	IPAD/Técnica da DSP-CG STP
Ana Paula Duarte	Instituto Camões
Ana Paula Fernandes	Assessora do Gabinete do SENEc
Ana Sofia Cortes	IPAD/Técnica da DSP-CG
Carlos Mendonça	Guiné-Bissau/ Técnico de Cooperação
Carlos Teixeira D'Alva	Embaixada de S. Tomé e Príncipe/Primeiro Secretário
Dina Amaro	IPAD/Técnica da DSP-CG
Edgar Neves	IMVF STP/ Saúde para Todos
Frederico Santos	MFAP/GPEARl
Graça Lima	IPAD/Técnica da DSP-CG
Inês Rosa	IPAD/Vice-Presidente
Isabel Couto	IPAD/Directora de Serviços
João Nunes da Silva	MADRP/GPP/Técnico Superior
Joaquim Gonçalves	DGPJ/GRI
José Alberto Andrade	Gabinete de Relações Internacionais/Ministério da Justiça
Luis Castelo Branco	IPAD/Técnico da DSP-CG
Luísa Lourenço	ME/GEPE/Técnica Superior que faz o acompanhamento de São Tomé e Príncipe
Manuel Augusto Correia	IPAD/Presidente
Margarida Abecassis	FCG
Maria Carvalhosa	FCG/Técnica da Cooperação – Sector da Saúde
Maria de Jesus Filipe	ME/DRI/ Chefe de Unidade das Relações Internacionais e Cooperação
Maria Graça Martins	Alto Comissariado da Saúde
Maria Hermínia Cabral	FCG/Directora da Cooperação – Sector da Saúde
Olga Henriques	MTSS/Gabinete de Planeamento
Paulo Freitas	IMVF/Presidente
Pedro Amaral	IPAD/Técnico da DA
Teresa Coelho	MTSS/Gabinete de Planeamento
Vera Abreu	IPAD/Vice-Presidente

## Anexo 5 – Execução dos Projectos

Designação	Entidade Financiadora	Entidade Executora	Taxa de Execução 2005	Taxa de Execução 2006	Taxa de Execução 2007 (1º Semestre)
<b>Educação</b>					
Programa de Apoio ao Ensino Secundário Geral e Profissionalizante 2005/2006	IPAD/GAERI	GAERI	74,3%	98,0%	18,2%
Programa de Formação Continuada de Professores	IPAD	Uaveiro	-	-	0,0%
Apoio ao Instituto Diocesano de Formação	IPAD/GAERI	Leigos para Desenvolvimento	70,0%	100,0%	0,0%
Apoio à Escola Portuguesa	IPAD/GAERI	EP	70,7%	189,0%	0,0%
Feira do Livro/Divulgação do livro	IPAD/IPLB/ICA	CCP/IPLB	0,0%	0,0%	0,0%
Apoio ao Instituto Superior Politécnico	ICA/IPAD	ICA /FLUL	0,0%	62,0%	0,0%
Rede de Docência e Centro de língua	ICA	CCP	67,1%	111,0%	0,0%
Acesso ao Ensino Superior	DGES	DGES	92,3%	92,0%	46,1%
Bolsas e Formação avançada de licenciados	IPAD/ICA/GRICES	IPAD/ICA/GRICES	107,1%	161,0%	37,3%
<b>Saúde</b>					
Programa de apoio ao CHSTP	IPAD/DGS	DGS	92,4%	-	-
Projecto tripartido de combate à malária	IPAD	IHMT	46,5%	-	-
Reforço da Rede de Cuidados de Saúde Primários	IPAD	IMVF	100,0%	100,0%	22,1%
Projecto Água Pura - Vida Sã	IPAD	IMVF	-	40,0%	-
Assistência Hospitalar em Portugal (evacuações)	SNS	SNS	67,5%	112,0%	0,0%
Apoio aos Serviços de Saúde Pública	Msaúde	Msaúde	-	-	0,0%
Educação para a Saúde/Educação para a Saúde para Professores e Alunos do Ensino Secundário	IPAD	IHMT	0,0%	0,0%	-
Captação e Abastecimento de Água ao Centro Hospitalar de S. Tomé	IPAD	Adp	100,0%	0,0%	0,0%
Promoção da Saúde Materno-infantil e Det. e Prevenção de Doenças Transmissíveis	IPAD	IICT/IHMT/ONG locais	-	0,0%	-
<b>Protecção Social</b>					
Desenvolvimento de uma Rede de Protecção Social	MTSS	MTSS	124,2%	0,0%	36,2%
Apoio aos Serviços do MTSS	MTSS	MTSS	10,5%	0,0%	0,0%
Provisão para Encargos não Previstos	MTSS	MTSS	0,0%	0,0%	-
PRO-SOCIAL - Desenvolvimento de Protecção Social	MTSS	MTSS	-	-	0,0%
Projecto de Intervenção Social na Ilha do Príncipe	IPAD	C.S. Ramada	69,2%	88,0%	0,0%
<b>Cultura</b>					
Arquivo Nacional de São Tomé e Príncipe	IPAD/IPLB	IPLB/IANTT	6,7%	81,0%	-
Arquivo Histórico da Região do Príncipe (acervo histórico e instalação do Arq.)	IPAD/IPLB	GRP/IPLB/IANTT	3,7%	24,0%	0,0%
Biblioteca Nacional - Sala de leitura Infantil e Juvenil	IPLB	IPLB	-	0,0%	-
Centro Cultural Português	ICA	ICA	136,9%	89,0%	38,2%
Mediateca de S. Tomé	IPAD	CGD	16,8%	0,0%	0,0%
<b>Capacitação institucional/Assistência técnica</b>					
Projecto Integrado de Emprego e Formação Profissional/Budo-Budo	MTSS	MTSS	98,3%	98,0%	0,0%
Diploma de Especialização em Contratação Pública Internacional	IPAD	INA	-	0,0%	-
Assistência Técnica na Área da Justiça e Reformas Legislativas	IPAD/GRIEC	GRIEC	102,9%	5,0%	0,0%
Apoio à reforma da administração pública	IPAD	INA	0,0%	-	-
Assistência técnica na área das Finanças Públicas	DGAERI	DGAERI	0,0%	-	-
Assistência técnica na área da inspecção das actividades económicas	IPAD	IGAE	0,0%	-	-
Formação profissional na área da agricultura	IPAD	Tecnoforma	0,0%	-	-
Capacitação técnica na área da agricultura/Programa de Apoio na Área da Agricultura	IPAD/GPPAA	GPPA	0,0%	0,0%	0,0%
Apoio à instalação de um laboratório nacional de referência			-	-	0,0%
Assistência técnica para a requalificação do porto de Ana Chaves e do porto do Príncipe	IPAD/MOPCT	MOPCT	-	-	0,0%
Formação de jornalistas	IPAD/ICA	CCP	0,0%	-	-
Assistência técnica no domínio da formação autárquica	IPAD	CEFA	-	-	0,0%
Reforço da Capacidade Institucional do LECSTP	IPAD/LNEC	LNEC	41,5%	30,0%	0,0%
Apoio nas Áreas da Geodesia, Cartografia e Cadastro	IPAD	IGP	0,02%	12,0%	0,0%
Melhoria da segurança rodoviária	DGV	DGV	0,0%	-	-
Cooperação na Área da Estatística	IPAD	INE	13,5%	14,0%	0,0%
Cooperação com o Banco Central de STP	BP	BP	106,1%	5,0%	0,0%
Cooperação Técnica na Área das Finanças Públicas	DGAERI	DGAERI	-	0,0%	0,0%
Consolidação e Funcionamento da SPI	IPAD	SPI	96,5%	95,0%	-
Cooperação Técnico-militar	DGPBN	DGPBN	103,8%	87,0%	25,3%
Cooperação Técnico-policial	IPAD	PSP	1,2%	0,0%	20,0%
Sistema de Informação Climática e do Estado do Mar para Apoio ao Desenvol. Sustentado/projecto na área do ambiente	IA	IA/INMSTP	-	82,0%	0,0%
Sistema Informático de Emissão de Passaporte Electrónico e de Vistos de Acordo com as Novas Normas Internacionais	SEF/IPAD	SEF	-	0,0%	0,0%
Formação inicial e contínua	INFATUR	INFATUR	100,0%	-	-
Apoio ao Processo Eleitoral	IPAD	IPAD/PNUD/STAPE	10,0%	163,0%	-
<b>Acções complementares</b>					
Melhoria das Infra-estruturas Aeroportuárias do Príncipe	IPAD	MOPCT	7,8%	0,0%	-
Melhoria da Segurança e Controlo de Passageiros no Aeroporto de S. Tomé	IPAD	PSP	0,9%	4,0%	-
Cooperação Intermunicipal (Abastecimento de Água à Cidade de Santana)	IPAD	CMCascais	0,0%	0,0%	-
Concurso ONGD (Centro de Saúde Caué e Centro Ribeira Afonso)	IPAD	AMI/Solsef	100,0%	68,0%	0,0%
Ajuda Humanitária - surto de cólera	IPAD		64,5%	-	-
Fundo de Manio para Pequenos Projectos de Cooperação	IPAD	EPSTP	100,0%	100,0%	0,0%
Disponibilidade Financeira para Projectos ainda não orçamentados	IPAD	Embaixada	100,0%	165,0%	-
Operação Avioacar	FAP	FAP	104,0%	100,0%	50,0%



## Anexo 6– Bibliografia e documentação consultada

- BANCO MUNDIAL, 2004, *Implementation Completion Report (IDA-34280) on a credit in the amount of US\$7.5 Million to the Democratic Republic of Sao Tome and Principe for a Public Resource Management Credit*.
- BANCO MUNDIAL, 2004, *São Tomé and Príncipe. A Country Economic Memorandum*.
- BANCO MUNDIAL, 2005, *International Development Association. Country Assistance Strategy for Sao Tome & Principe*.
- BANCO MUNDIAL, 2006, *São Tomé and Príncipe. Joint IDA-IMF Staff Advisory Note on the Poverty Reduction Strategy. First Annual Progress Report*.
- COOPERAÇÃO PORTUGUESA, 2005, *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*.
- COWI, 2005, *Improving Development Assistance to Fragile States*, GEPPA Conference, March.
- DGS, 2005, *Programa de Apoio ao Centro Hospitalar de STP, Relatório Final*.
- ICP, 1999, *Avaliação do projecto de cooperação do Centro Hospitalar de S. Tomé (1996-1999)*, IPC.
- INE, 2006, *Questionário Unificado de Indicadores Básicos do Bem-Estar (QUIBB-2005)*, STP.
- IPAD, 2005, *Balanço da Execução do PAC 2005 e Preparação do PAC 2006 – STP*
- IPAD, 2005, *PIC de São Tomé e Príncipe 2005-07*.
- IPAD, 2006, *Avaliação da Política de Bolsas do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (1995-2003)*.
- IPAD, 2006, *Missão de Acompanhamento do 1º semestre de execução do PAC 2006*.
- IPAD, 2007, *APD Portuguesa 2002-2006*.
- IPAD, 2007, *Guia de Avaliação*.
- IPAD, 2007, *Ponto de Situação STP (Março)*.
- LEADER, N.; CLENSO, P., 2005, *Aid Instruments in Fragile States*, PRDE Working Paper 5, Jan. (draft for consultation).
- MINISTÉRIO DA SAÚDE, RSTP, 1999, *Política Nacional de Saúde*.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE, RSTP, 2000, *Carta Sanitária de S. Tomé*.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE, RSTP, 2001, *Plan National de Developpement Sanitaire*.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E FINANÇAS DE STP, 2006, *National Poverty Reduction Strategy – Implementation Report*.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL, 2005, *RELATÓRIO DE MISSÃO (29 Out. a 5 Nov.)*.
- MNE, 2005, *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*.
- OCDE, 2005, *Principles for Good International Engagement in Fragile States*.
- OCDE, 2007, *Geographical Distribution of Financial Flows to Aid Recipients 2001-2005*.
- OIT, RDSTP, PNUD, 2001, *Profil de Pauvrete em Republique Democratique de São Tome e Principe 2000*.
- OMS, 2005, *Estratégia de Cooperação da OMS com a República Democrática de São Tomé e Príncipe 2006-2009*.
- PAMEA, 2003, *Avaliação Final. Programa do XI Governo Constitucional de São Tomé e Príncipe*.
- RDSTP, 2004, *Objectifs du Millénaire pour le Développement. Premier Rapport National*, Abril.
- RDSTP, 2007, *Decreto nº 8/2007, Diário da República*.
- S. TOMÉ, 2006, *Rapport National sur le Suivi du Programme d'action de Bruxelles. São Tomé et Principe*.
- SANTANA, R., 2006, *Revisão das Despesas do Sistema Nacional de Saúde, República de São Tomé e Príncipe, Relatório Final*, Banco Mundial, Julho.
- STP, 2002, *Estratégia Nacional de Redução da Pobreza*.
- STP, 2006, *Indicadores da Educação (2004/2005 e 2005/2006)*, MECD, Projecto PASS.
- STP, 2006, *Santa Casa da Misericórdia, Relatório de Actividades*.
- STP, 2007, *Centro de Formação Profissional de STP (Budo-Budo)*.
- Sumário da compilação dos resultados dos questionários das reuniões auscultação do Fórum Nacional*, 2004,  
<http://www.earth.columbia.edu/cgsd/STP/documents/SumarioResultados.pdf>